

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875  JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

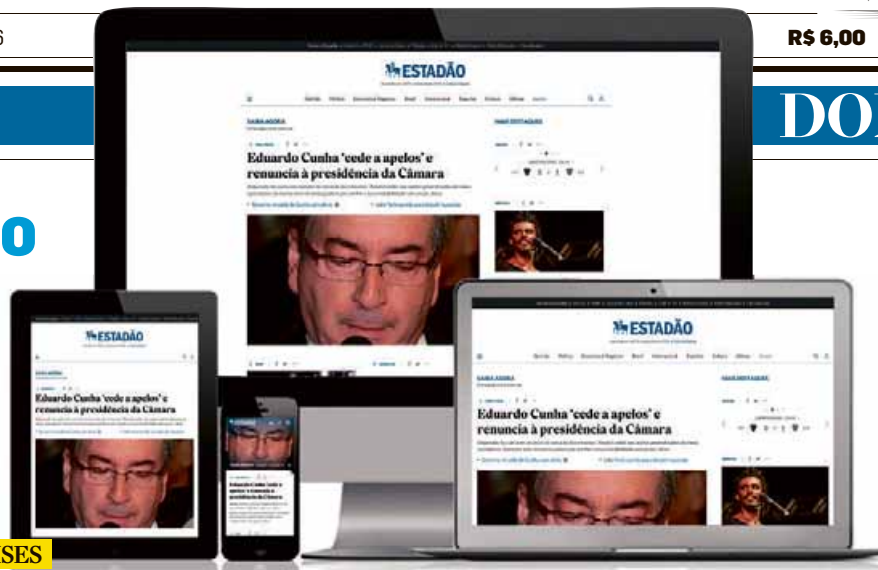
10 DE JULHO DE 2016

R\$ 6,00 ANO 137 Nº 44826

EDIÇÃO DE 23H30 estadão.com.br

Estadão estreia novo site

RESPONSIVO
+ VÍDEOS + ANÁLISES



DOMINGO

Remodelado, *Portal Estadão* aposta em curadoria. Destaque é o *Saiba Agora*, com notícias essenciais. Págs. B6 e B7

Jornal do Carro

● **Paixão eterna**
Fusca saiu de linha há 20 anos, mas carisma sobrevive

NA WEB
Veja o especial multimídia no www.estadao.com.br/e/especialfusca



Relíquia. Estudante 'nasceu' no Fusca

ROBERTO BASCHER/ESTADÃO

Meirelles quer corte de R\$ 80 bilhões nas despesas

Para atingir meta das contas públicas, ministro da Fazenda fala em frear gastos e até elevar impostos

Para produzir o ajuste fiscal prometido para 2017, um déficit de R\$ 139 bilhões, o governo vai "frear" despesas em R\$ 80 bilhões. É o que disse ao Estado o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O valor não representa corte em relação ao gasto existente, mas sim em relação ao volume de despesas previsto caso se mantivesse a dinâmica de crescimento do gasto público dos últimos anos. Da mesma forma, o ganho de R\$ 55 bilhões projetado para as receitas conta, em grande parte, com a inversão de trajetória de queda da arrecadação federal. O governo acredita que isso ocorrerá

HENRIQUE MEIRELLES
MINISTRO DA FAZENDA
"Não temos só o Plano A, de controle de despesa e aumento da arrecadação. Temos privatizações, que são o Plano B, e o Plano C, que são os tributos"

com a retomada da confiança. Dependendo da melhora da arrecadação e do sucesso de privatizações e concessões, pode ser dispensado o aumento de impostos. Mas, se necessário, estuda-se elevar Cide Combustíveis, IOF e PIS-Cofins. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Fornecedor de campanha de Dilma é investigado por caixa 2

Relatório da Receita Federal revela que, de 2010 a 2014, uma das empresas de Carlos Cortegoso, o segundo maior fornecedor da campanha de

Dilma Rousseff, movimentou quase R\$ 50 milhões, cinco vezes o valor declarado. Investigadores suspeitam de caixa 2. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Esportes / Rio-2016

● Às vésperas dos Jogos, saiba quem são as estrelas, os ausentes e os atletas que inspiram novas gerações, como Fabiana Murer, do salto com vara. Arenas do futebol têm problemas.

Assembleia abriga servidores condenados

METRÓPOLE / PÁG. A18

Aliás

O ÍDOLO DO BOXE QUE MORREU COMO INDIGENTE

HÉLIO GUROVITZ

Vidas que importam

O assassinato de policiais nos EUA fez uma vítima colateral: o Black Lives Matter, movimento que protesta em paz contra racismo da polícia.

INTERNACIONAL / PÁG. A14

ROLF KUNTZ

Desajuste político das contas

Muito mais do que dinheiro, gestão é o grande fator escasso. Gestão, num país como o Brasil, é essencialmente um problema político.

ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

Tempo em SP

26° Máx. 13° Mín.

Sol e calor. Pág. A22



MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C113259

Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® garantia de manejo florestal responsável, pela S. A. D. Estado de S. Paulo



ISSN - 1516-293-1
9 771516 293019

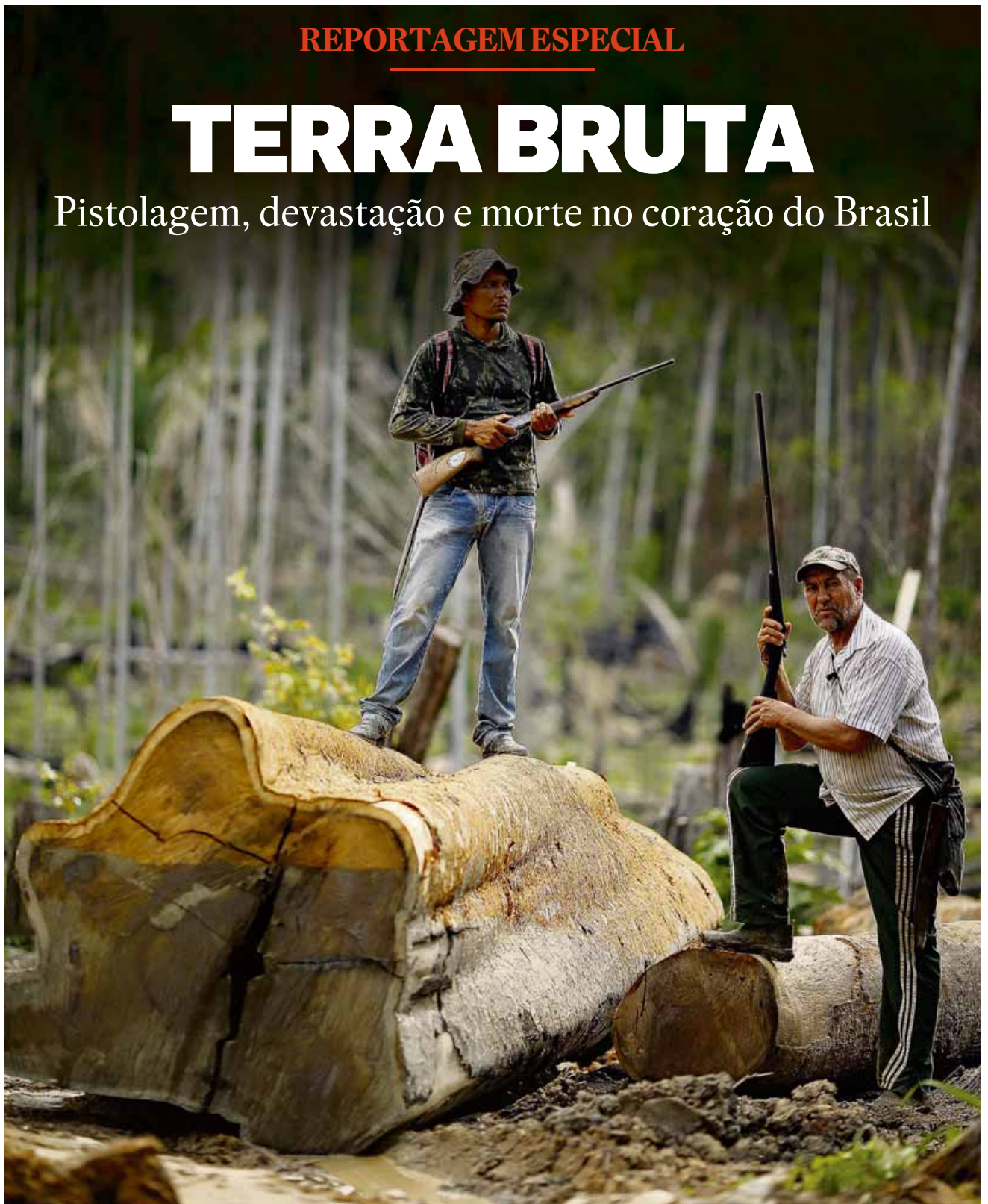
NOTAS & INFORMAÇÕES

O entulho começa a ser removido

Em comum Dilma e Cunha têm a desfaçatez. **PÁG. A3**

Proposta infeliz

Plano do ministro Ricardo Barros pode criar outros e sérios problemas na área da saúde. **PÁG. A3**



REPORTAGEM ESPECIAL

TERRA BRUTA

Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

Floresta ameaçada. Éder Dias e João Coelho tentam impedir entrada de invasores em mata de Rondônia

A CADA CEM DIAS, UM NOVO MASSACRE

André Borges e Leonencio Nossa

A chacina de Eldorado do Carajás, que deixou 19 sem-terra mortos há 20 anos no Pará, não freou a barbárie no campo. Durante sete meses,

o Estado percorreu 15 mil km de estradas federais em sete Estados do Norte e do Centro-Oeste do País e descobriu que pelo menos 1.309 pessoas foram mortas em conflitos rurais desde 1996. Até o próximo do-

mingo, série especial publicada diariamente mostrará histórias e engrenagens da estrutura criminosa que elimina homens e árvores.

NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

SUBARU LEGACY "MADE IN JAPAN".

PARA OS FANÁTICOS POR CARROS JAPONESES QUE QUEREM MAIS, MUITO MAIS: SEGURANÇA, DESIGN, POTÊNCIA E QUALIDADE.

O ÚNICO NO MUNDO COM SAWD.
O MÁXIMO EM SEGURANÇA.

5 ANOS DE GARANTIA
SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM
CONSULTE CONDIÇÕES

SUBARU LEGACY BOXER 3,6 256 CV

DE: R\$ 161.900

POR: R\$ 138.900 À VISTA

Veja na página 5.



SUBARU
Confidence in Motion

ÚLTIMAS UNIDADES
VENHA CORRENDO FAZER UM TEST-DRIVE.

LOJAS DA CAPITAL ABERTAS TODOS OS DOMINGOS ATÉ AS 19 HORAS.

Podestire, use sua faixa.

REPORTAGEM ESPECIAL

TERRA BRUTA

Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil



Ameaçados de morte.
Eder Dias e João Coelho

André Borges e Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio e Hélio Romero (FOTOS)

Na defesa da floresta, os extrativistas Éder Chaves Dias e João Coelho tentam impedir a passagem de invasores pelo Vale do Jamari, em Rondônia. Estão marcados para morrer. Como eles, centenas de outros entraram para a lista de alvos do crime organizado que avança sobre terras da União rumo à Amazônia, maior reserva tropical do planeta.

Ao mapear a grilagem em sete Estados do Norte e Centro-Oeste do País, o **Estado** identificou 485 focos de violência em 142 municípios. O preço do hectare e da madeira acirra a concorrência entre guaxebas, tradicionais matadores de aluguel, e catingas, milicianos que surgem no mercado do terror.

A repercussão da chacina de Eldorado do Carajás, em que 19 camponeses foram mortos há 20 anos no Pará, não puxou para baixo a curva da barbárie. O cruzamento de acervos do poder público e de entidades da sociedade civil revela que pelo menos 1.309 pessoas foram mortas em conflitos rurais no Brasil desde 1996. É como se um massacre da mesma proporção ocorresse a cada 100 dias. O número de assassinatos equivale ao volume de árvores cortadas na Amazônia a cada 30 segundos, ininterruptamente, nas duas últimas décadas.

Esta série especial, que será publicada diariamente até o próximo domingo, vai expor a violência e as engrenagens da estrutura criminosa que mata homens e árvores em Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Tocantins. De setembro de 2015 a março deste ano, o **Estado** percorreu 15 mil km de estradas federais e encontrou histórias de tortura, incineração de corpos, chuva de veneno, suicídio de índios, crianças sob a mira de fuzis,

● De setembro de 2015 a março deste ano, o **Estado** percorreu estradas de 7 Estados desenhadas sobre antigas rotas de bandeiras

CAMINHO DOS BANDEIRANTES
RODOVIAS FEDERAIS

15 mil km
percorridos pela reportagem

venda de licenças e tabelas de execuções.

A relação de mortos inclui a geração nascida em agrovilas fracassadas, canteiros de obras inacabadas e aldeias sufocadas no tempo do Brasil Grande, projeto de desenvolvimento da ditadura militar. O levantamento revela que a maior parte dos assassinatos se dá com execuções à queima-roupa e disparos no crânio. Camponeses e índios são a maioria das vítimas, mas há também líderes de trabalhadores, sindicalistas, fazendeiros, delegados, seguranças e pistoleiros. Os caminhos escolhidos pela reportagem foram traçados ainda

serviços prestados no combate à Guerrilha do Araguaia e na repressão a posseiros, nos anos 1970 e começo dos 1980. Ele, então, montou um grupo de pistoleiros para vigiar especialmente a estrada que corta a fazenda, um caminho de 22 km de uma porteira a outra. E passou a explorar ouro na área. Nos últimos tempos, fez acordos com produtores de soja que plantam, mediante pagamento, em parte da terra.

No ano passado, um grupo de famílias sem terra organizado por Roseli Aparecida Sachet, de 53 anos, uma liderança independente do campo, ocupou um pedaço da Cinco Estrelas. Bila foi implacável. Um grupo de pistoleiros chegou à noite ao acampamento, mandou homens, mulheres e crianças deitarem na lama do chão e iniciaram uma série de torturas. Colocaram sacos plásticos na cabeça de adolescentes e ameaçaram atirar em crianças na frente dos pais até darem ordens para o grupo sair em disparada da fazenda.

Na Justiça Federal em Sinop, cidade vizinha, o grupo de Roseli foi aconselhado a esperar longe de Novo Mundo a decisão sobre reintegração de posse para o Inkra. Foi aí que entrou um terceiro grupo, o dos catingas, apoiado por fazendeiros e advo-

gados de Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte. Os catingas foram informados de que a área seria a próxima a virar assentamento e decidiram ocupá-la.

Pistoleiros de Bila estavam relaxados por causa da palavra dada pelos sem-terra à Justiça de que não haveria mais ocupação. Numa noite, os catingas, sem envolvimento com o grupo de Roseli, surpreenderam os pistoleiros. Entraram na fazenda sem dar um tiro. “Pegamos eles despreparados. Quando acordaram, a gente estava dentro”, relata Cláudio Cunha, o Claudinho, um

Ocupação.
Cláudio Cunha, um dos líderes: “Quando acordaram, a gente já estava dentro”



no regime militar e hoje são canteiros de obras do governo federal. As BRs 060, 070, 364, 163, 230, 242, 319, 158 e 155 tiveram como base antigas rotas de bandeiras e monções que partiam do litoral para o interior no século 17. As BRs-364 e 230 cortam trechos da trilha do bandeirante Antônio Raposo Tavares, que saiu da Vila de São Paulo em busca de ouro. O desenho da BR-163 passa pela rota de Pascoal Moreira Cabral, fundador de Cuiabá. As curvas da BR-158 foram mapeadas por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera.

Os focos de violência se concentram na parte do território que, no período colonial, ficava a oeste do Tratado de Tordesilhas. Hoje, a travessia da faixa imaginária continua a expor a prática de ultrapassar o limite da civilização, diante do olhar interessado do Estado e de grupos econômicos. Expandir estradas nessas regiões não significa garantir direitos fundamentais. Em muitos casos, a pavimentação não é lançada para atender a uma demanda econômica regional, mas para facilitar negócios que nem sempre resultam em benefícios sociais. Enquanto o País tenta fortalecer instituições democráticas no Sul, Sudeste e nas capitais do Nordeste, não há investimento em desenvolvimento humano contra a matança no interior.

O que não faltou nos últimos anos, porém, foi recurso para estrada. De 2001 a 2015, o governo federal injetou mais de R\$ 10,032 bilhões nas nove rodovias percorridas pela reportagem. Metade disso se concentrou em Mato Grosso e Pará, os Estados mais devastados no período. A leste de Tordesilhas, onde estão as metrópoles, o País está longe de ser imune à violência. Na matança no campo no lado oeste, entretanto, a fúria segue o rastro do dinheiro público, que, quando não é desviado, não promove cidadania. Confrontada com esquemas de corrupção, a tragédia rural também põe em debate a motivação por trás de muitas dessas grandes obras.

BR-163 | MATO GROSSO

CATINGAS SÓ RESPEITAM A POLÍCIA FEDERAL

Milicianos são peça-chave em esquema de invasão de terra pública, que muitas vezes inclui políticos e fazendeiros

Uma bandeira do Movimento dos Sem-Terra (MST) foi estendida na entrada da Fazenda União Recanto Cinco Estrelas, uma terra da União em Novo Mundo, Mato Grosso. É um disfarce. Os homens armados que vigiam a terra de 9,6 mil hectares, uma área três vezes maior que a do centro de São Paulo, são catingas, milicianos pagos por fazendeiros, advogados, topógrafos e servidores de prefeituras da região para ocupar a fazenda, que estava para virar assentamento do Inkra.

O roteiro de uma invasão de terra por catingas começa com

o interesse de fazendeiros por determinada área ocupada anteriormente por algum grileiro. Os milicianos entram armados na terra, expulsam o grileiro e seus pistoleiros e loteiam a fazenda entre famílias arregimentadas em bairros pobres de cidades pequenas e médias. Essas famílias pagam mensalidades de cerca de R\$ 80 aos catingas. Depois, com a regularização por parte do Inkra ou a ocupação praticamente irreversível da área, os mesmos lotes são recomprados das famílias pelos fazendeiros que apoiaram a invasão por valores bem abaixo dos preços estabelecidos no mercado legal de terra.

A Cinco Estrelas é um caso típico desse esquema. No fim da ditadura, o fazendeiro Geraldo Francisco de Moraes, o Bila, recebeu autorização dos militares para entrar na terra pelos

Reportagem do ‘Estado’ fica sob a mira dos guaxebas

● Em janeiro, visitamos uma fazenda no Vale do Jamari, Rondônia, que tem sido cenário de invasões. Dias antes, uma pessoa havia sido assassinada na região. Ao cruzarmos a porteira, seguimos pela estrada de terra até a pequena sede. Havia dois homens na varanda – um numa rede, com uma espingarda, outro numa cadeira. De longe, acenaram para que entrássemos. O homem na rede apontava a arma para nós, engatilhada. Na casa, havia um terceiro homem fortemente armado. Dissemos que éramos repórteres e queríamos falar dos últimos conflitos. O rapaz da cadeira camuflou a espingarda num cobertor. De dentro da casa, um quarto homem saiu e disse que não tinha autorização para permitir nossa presença. Insistimos. Com resistência, os guaxebas (pistoleiros) concordaram em mostrar estragos da última invasão à fazenda. Não aceitaram que fizéssemos fotos. Dois deles admitiram que eram foragidos. “Pela natureza do nosso trabalho, é melhor não aparecer.”

BR-364 RONDÔNIA



Barbárie. Restos de casa da Fazenda Vilhena, incendiada em ataque que acabou com cinco pessoas mortas em outubro

PAI E FILHO SÃO INCINERADOS VIVOS

Eles foram vítimas da Chacina da Fazenda Vilhena, a mais trágica da zona rural de Rondônia dos últimos 20 anos

Dagner Lemes Pereira, de 17 anos, se aprontou para ir com o pai até a Fazenda Vilhena. Há meses o adolescente procurava emprego. Ajudar o pai, João Pereira Sobrinho, que era vaqueiro, seria uma oportunidade de ganhar algum dinheiro e fazer o que mais gostava: cuidar do gado e andar a cavalo. Em 14 de outubro de 2015, pai e filho partiram pela Linha Farinheira,

um estirão de chão batido e areia fofa que serpenteia plantações de soja e milho e avança pela área plana de Vilhena, Rondônia, nas beiras com Mato Grosso.

O adolescente era o caçula de quatro filhos. Nascido em Cerejeiras, município vizinho de Vilhena, tinha um jeito pacato, mas era popular nas redes sociais. O gosto por viver enfiado no meio do mato, trabalhando em currais e pastos, não atrapalhava o cultivo de 1,6 mil amigos na internet. Três dias após chegar à fazenda, Dagner entraria para a lista de crimes hediondos no campo.

A chacina da Fazenda Vilhena

foi a mais trágica da zona rural de Rondônia nos últimos 20 anos. Em 14 de outubro, três dias antes do massacre, a propriedade havia passado por reintegração de posse. As cerca de 70 famílias que ocupavam a área desde junho, todas ligadas à Associação dos Produtores Rurais de Nova Canaã, tinham sido informadas semanas antes sobre a ordem judicial para deixarem o local. A Justiça havia decidido que a fazenda era produtiva, possuía plano de manejo florestal e tinha os papéis em ordem.

Quando a polícia foi fazer a reintegração, viu que as famílias já tinham deixado a fazenda sem resistência. Barracos ergui-

dos na beira da estrada haviam sido derrubados. No mesmo dia, a família Fontes Beltran, que alega ser dona da fazenda desde 1995, enviou quatro trabalhadores para cuidar do lugar e reconstruir cercas. Entre eles, Dagner e seu pai, João.

Tiros e fogo. Na tarde daquele sábado, por volta das 17h30, pai e filho estavam sentados sob um limoeiro, na sede do Lote 95 da Vilhena. Conversavam com outros dois empregados da fazenda, Ariovaldo Nunes da Silva, de 57 anos, e Ariovaldo Bezerra dos Santos, de 55 anos, e dois vizinhos, Daniel Aciari, de 67 anos, e João Fernandes da Silva, de 52 anos. Foi quando veio o primeiro disparo. Daniel foi atingido por um tiro fatal na nuca. O caseiro Ariovaldo, que estava ao lado de Daniel, correu para o mato e conseguiu escapar. No desespero, Dagner, o pai e os outros dois, Ariovaldo e

João Fernandes, se refugiaram dentro da casa. Veio a sarraivada de balas que durou cerca de meia hora.

Assassinos entraram e balearam as quatro pessoas. Ariovaldo levou um tiro nas costas e se fingiu de morto. Antes de deixarem o local, os executores encharcaram um colchão com gasolina e jogaram sobre seu corpo. Quando o fogo começou a engolir a madeira seca da casa, eles montaram em suas motos e foram embora.

Baleado, Ariovaldo conseguiu se livrar do colchão incendiado

● Pedido de justiça
“Essa tragédia acabou com nossa família, a vida virou um inferno. Não posso voltar para casa, virei refém dessa situação absurda”

Altamiro Lemes Castanho
PARENTE DAS VÍTIMAS, HOJE EM SP

PISTOLEIROS APONTAM FUZIS PARA ÔNIBUS DE CRIANÇAS

Polícia diz que não tem arma potente para proteger estudantes e jagunços estão armados até com metralhadora

No Vale do Jamari, em Rondônia, epicentro dos conflitos no campo no Brasil, a pistolagem impõe fuzis AK-45 a ônibus de estudantes. Os guaxebas, como são conhecidos homens contratados para matar e fazer segurança de grileiros, alteraram a rotina de crianças do Assentamento Terra Prometida. No lugar conhecido como Garimpo Bom Futuro, na zona rural de Ariquemes, vivem 190 famílias. Em 1.º de fevereiro, primeiro dia letivo de 2016, motoristas tiveram de voltar com os ônibus vazios à Escola Municipal Padre Ângelo Spadari, localizada a 30 km do acampamento e a uma distância difícil de calcular em relação aos direitos da infância.

Em vez de crianças, os motoristas Petronilho e Lenilson levaram um recado de pais ao diretor da escola, José Roberto da Silva: os filhos só voltariam a estudar se tivessem segurança de que nada aconteceria pelo caminho. Desde o ano passado, pistoleiros ameaçavam os motoristas. Crianças relataram que encapuzados apontavam armas para os ônibus. Com medo dos pistoleiros que aterrorizam o Vale do Jamari com assassinatos, assaltos, destruição de casas e toques de recolher, os pais decidiram trancar os filhos em casa.

O diretor da escola insistiu, mas, no dia seguinte, novamente



Caculândia. Crianças do Acampamento Hugo Chaves, em Rondônia, queimado em abril

os ônibus voltaram sem alunos, mas levaram um grupo de pais. No colégio, os pais contaram o pavor que estavam vivendo. O diretor José Roberto fez um relatório com as queixas. O documento registra a situação tensa e que “agora fugiu do controle”.

Foram duas semanas sem que as crianças do Terra Prometida pisassem na sala de aula. Para tentar reverter a situação, a diretoria da escola procurou o Conselho Tutelar de Ariquemes, a Secretaria de Educação do Estado e o Ministério Público. Diretor do colégio há um ano, José Roberto diz que só viu tensão igual no auge da exploração do Garimpo Bom Futuro, que já foi considerado a maior mina de cassiterita do mundo, aberta em 1983. No ano 2000, mais de 4 mil garimpeiros ainda trabalhavam no local. Ho-

je, a exploração é feita por empresas, com o uso de máquinas.

Quando o Conselho Tutelar buscou ajuda da Polícia Militar para ir até o Terra Prometida, ouviu que os agentes não os acompanhariam porque a região é “muito perigosa”. No relato dos conselheiros, a polícia alertou que jagunços da fazenda tinham “armamento pesado do tipo fu-

● Pânico
“Ameaças nessa região são frequentes, mas nunca vi algo como está acontecendo hoje. Temos medo de tudo, até de dar uma entrevista como essa”

José Roberto da Silva
DIRETOR DE ESCOLA DA REGIÃO

zil AK-45, pistola, metralhadora, colete à prova de bala e rádio de comunicação” e que os conselheiros corriam risco de morte.

Sem segurança, os integrantes do Conselho Tutelar seguiram para o assentamento e encontraram as casas fechadas. Era hora do toque de recolher. Na visita, pegaram o relato da moradora Niete e sua filha Naiara, de quatro anos. Os bandidos passaram na casa dela e mataram o cachorro. “A criança ouviu os tiros. Os pistoleiros encapuzados mostravam as armas para ela.”

A Polícia Civil passou a fazer rondas no caminho das crianças. Responsáveis por assentamentos do Inra, Polícia Federal e Ministério Público Federal não se mexeram. “Aos poucos, alunos começaram a voltar”, diz José Roberto. “Ainda há muito medo.”

‘SERÁ QUE EU VOU TER DE SER ASSASSINADO?’

Josias Paulino de Castro, de 54 anos, morreu após desafiar o crime organizado em Mato Grosso. O líder dos pequenos agricultores da Gleba Guariba, em Colniza, e a mulher, Ireni da Silva Castro, de 35, foram executados a tiros de pistola 9 mm, de uso restrito da polícia, em 16 de agosto de 2014. Cinco dias antes, ele havia denunciado, em reunião organizada em Cuiabá pelo ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva, exploração ilegal de madeira, pistolagem e venda de terra a autoridades.

Aos gritos, o então presidente do Instituto de Terras do Estado (Intermat), Afonso Adalberto, quis impedir Josias de falar. O pequeno agricultor não se intimidou. “O que tenho para dizer aqui não vou dizer com dois ou três minutos. Há muito tempo venho sofrendo. Somos escravos do Estado. Estamos morrendo, somos ameaçados, o governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o governo federal é omissivo. Será que vou ter de ser assassinado para que tomem providência?”

“O assunto está encerrado para a Intermat”, afirmou

Adalberto, pouco depois. Em fevereiro, ele foi preso por comprar, por R\$ 7 milhões, um terreno que já era público entre Nobre e Rosário Oeste.

Adalberto virou chefe do Intermat no governo Blairo Maggi (PMDB), que comandou o Estado de 2003 a 2010 e hoje é ministro da Agricultura. Para o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de Mato Grosso, a fraude foi organizada pelo então governador Silval Barbosa (PMDB), sucessor de Maggi. Barbosa está preso, acusado de envolvimento em outro crime, contra o sistema financeiro.

A morte de Josias estreitou relações entre ativas e o ouvidor agrário. Com a missão de ouvir todos os lados do conflito no campo, Gercino é criticado por pôr frente a frente agricultores ameaçados e representantes do crime. Ao Estado, ele admitiu que, em ao menos cinco ocasiões, pessoas foram mortas após encontros. Sobre Josias, diz que fez discurso muito duro, acusando diretamente as polícias e dando nomes. “Infelizmente, ele morreu alguns dias depois.”

100 milhões
DE HECTARES ESTÃO SOB CONTROLE DE GRILEIROS, ÁREA DE 4 ESTADOS DE SP

● O que você vai ler

Até o próximo domingo, o Estado publicará diariamente um novo capítulo desta reportagem especial sobre conflitos no campo no Norte e Centro-Oeste do País

AMANHÃ

Em Mato Grosso, famílias são vítimas de chuva de veneno. Conflitos de camponeses, grileiros e madeireiros compõem a história da BR-163.

Empresas legalizadas pela PF escoltam fazendeiros e grileiros

Em Anapu, crimes por terra são camuflados como comuns

Como a economia do crime se movimenta na floresta

Agentes demitidos voltam para liberar toneladas de madeira

O apóstolo da floresta e a pressão sobre os caboclos retirados

Onda de suicídios ameaça o povo carajá na Ilha do Bananal

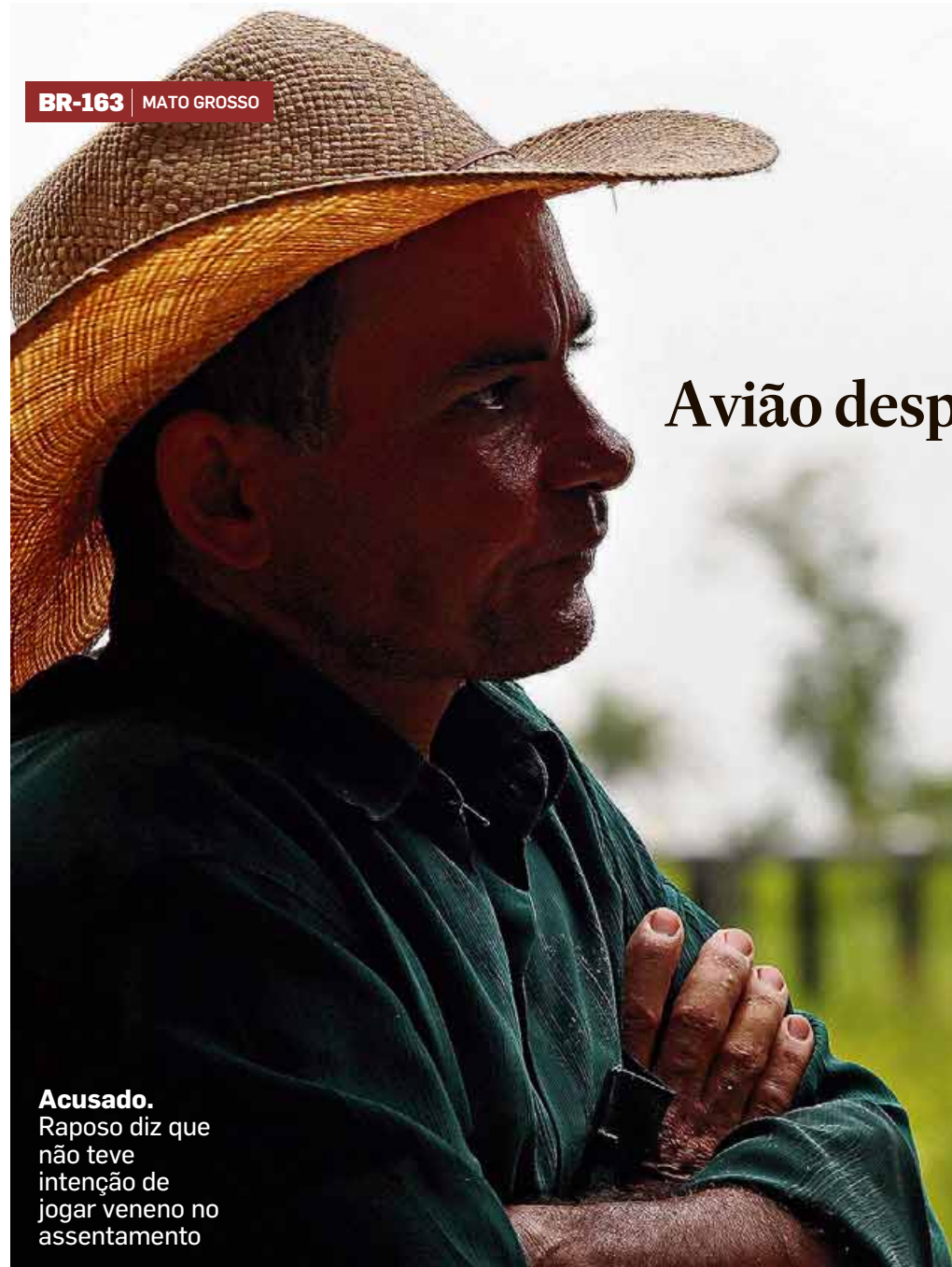
REPORTAGEM ESPECIAL
TERRA BRUTA



Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
estadao.com.br/terra-bruta

FOTOS: HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO



BR-163 MATO GROSSO

Acusado. Raposo diz que não teve intenção de jogar veneno no assentamento

CHUVA DE VENENO

Avião despeja agrotóxico em famílias de agricultores

Além de intoxicar adultos e crianças, substância matou plantações e árvores nativas; fazendeiro foi preso e liberado após fiança

André Borges e Leonencio Nossa (TEXTO)
Dida Sampaio e Hélvio Romero (FOTOS)

O fazendeiro Carlos Raposo, de Nova Guarita, norte de Mato Grosso, contratou uma empresa aérea para lançar agrotóxico nas terras do Assentamento Raimundo Vieira III, vizinho de sua propriedade. Assentados cortavam palha de fazer vassoura quando viram um avião amarelo com letras azuis se aproximar, em voo baixo. Pensaram que era uma aeronave da Polícia Federal, que vinha

resolver os “problemas”. O avião passou por eles, aumentou a altitude e deu novo rasteio. Daí veio um cheiro forte. “É veneno”, gritaram Rudinei Ribeiro, de 36 anos, e sua mulher, Creuza da Silva Dutra, de 49. O aparelho despejou agrotóxico nos agricultores, nos telhados das casas e nas plantações.

Creuza telefonou para a amiga Silvana Mota, de 32, que trabalha num pequeno posto de saúde da região. Ao chegar de moto ao assentamento, Silvana ainda viu o pessoal molhado. O agricultor Dalmiro estava deitado num banco, com tontura. Creuza gritava de dores no estômago e ardência nos olhos. Silvana pedia que ninguém tomasse água, para não espalhar o veneno pelo corpo. Seis crianças que estavam dentro das casas foram levadas para o posto de saúde. Vomitavam, reclamavam de dor de cabeça. Horas depois, chegou uma ambulância pa-

ra levar o agricultor Edenilson Evaristo, de 45 anos, que sofria de problemas de pulmão.

Um morador telefonou para a Polícia Federal. Um agente teria recomendado: “Moço, põe um pano na cabeça e tira foto do avião”. Nem precisou. A polícia foi para o pequeno aeroporto de Alta Floresta e achou a aeronave. Piloto e fazendeiro foram presos. Eles saíram da delegacia após pagarem fiança.

Ao retornarem às plantações, um dia depois, os agricultores perceberam que as folhas de milho, mandioca e melancia tinham sido atingidas. O bananal também estava comprometido. Técnicos confirmaram a perda. “A mandioca deu depois uma casca preta, sem nada dentro”, lembra Edenilson. Eles tiveram de recomeçar a lavoura em outro lugar. A área atingida pelo veneno foi abandonada. A prefeitura suspendeu a compra de horta-

● Onde ficam



liças para escolas.

A chuva de veneno ainda arrasou mudas de árvores nativas doadas pelo Instituto Ouro Verde, organização que recupera áreas degradadas na Amazônia. Até 1995, a área do assentamento tinha angelim, champanhe, mesca, mogno, cedro, marupá, itaúba, castanheira, pequi, zebra-amazônia, tauru, timbori, canelão e canela-ferro. Grileiros que ocupavam a propriedade,

anos antes, derrubaram boa parte da mata nativa. A itaúba, madeira dura, por exemplo, só restou nos troncos das cercas.

Ao Estado, Carlos Raposo admitiu ter contratado a empresa de aviação para jogar veneno. Ele disse que os assentados, quando viram a aeronave, correram para tirar foto e aí foram atingidos. Os relatórios e ele próprio, no entanto, ressaltam que o veneno foi jogado na terra dos vizinhos. “O pessoal ficou debaixo do avião para tirar fotografia com o celular”, afirmou.

A disputa entre as 23 famílias do assentamento do Inkra e o fazendeiro é pela área ocupada por elas, de 409 hectares, o equivalente a 400 campos de futebol. É uma terra avaliada em cerca de R\$ 6 milhões por corretores de imóveis de Nova Guarita.

Em 1998, a família de Raposo chegou ao município e comprou 143 hectares. A Fazenda Baixa

Verde é vizinha à área da União de 409 hectares, onde o Inkra instalou o Assentamento Raimundo Vieira III. Raposo entrou com processos na Justiça para garantir a posse dessa área e receber pelas “benfeitorias” que teria instalado lá – no caso, cercas. Como ele nunca teve título da terra, não construiu casas ou currais.

Raposo admite que sempre soube que a área pertence à União. Mas reclama da posse. “É só perguntar aos vizinhos se não estou aqui desde 1998. Há muito tempo, o pessoal do Inkra me disse: ‘Aqui, documento é foice e enxada’. O que dói é ouvir do Inkra hoje que eu sou invasor de má-fé.”

AMANHÃ

Empresas legalizadas pela Polícia Federal fazem segurança de fazendeiros e grileiros. Em Eldorado do Carajás, tempo apaga sepulturas de vítimas do massacre.

GLEBA CRIADA NA DITADURA MILITAR É FOCO DE CONFLITO



Renascer. Morador do acampamento com nome de novela

Terras da União na ‘área de influência’ da BR-163 viraram região de malária e de violenta disputa entre grileiros

Quando abriu a BR-163, estrada que liga Cuiabá a Santarém, nos anos 1970, a ditadura militar desapropriou e considerou “área de influência” um trecho de 100 km de um lado a outro da rodovia. Era ali que seriam assentadas as famílias que vinham do Sul, Sudeste e Nordeste em busca de terra.

Militares demarcaram uma série de glebas – grandes áreas – onde instalariam os Projetos de

Assentamentos (PAs), mas deixaram o poder sem terminar o asfalto da rodovia nem consolidar os assentamentos. Uma dessas glebas foi a Gama, hoje localizada em Nova Guarita, no norte de Mato Grosso, onde existiam quatro assentamentos.

As terras da União na “área de influência” viraram territórios de conflitos. Nos anos 1980, a malária se juntou à bala de grileiros das redondezas e ajudou a mandar embora as famílias dos assentamentos da gleba. Sem títulos ou negociações com o governo, grileiros destruíram as cercas das pequenas propriedades e colocaram as deles.

Assentados que permaneceram na terra são responsáveis pe-

lo leite e pelas verduras e hortaliças vendidos em cidades da região. O forte da economia se tornou o gado de corte. Mas não há nem sequer uma propriedade às margens da rodovia em situação ambiental legalizada, seja ela uma fazenda, serraria ou atividade de manejo florestal.

Nos últimos anos, com a nova legião de famílias sem terra, o Inkra começou a demarcar novos assentamentos na Gleba Gama, em boa parte invadida por grileiros. O prefeito de Peixoto de Azevedo, Sinvaldo Santos Brito, foi um dos que ocuparam pedaço da gleba. O Inkra decidiu então priorizar áreas de invasões recentes e sem benfeitorias para atender famílias pobres que vivem de trabalhos temporários na lavoura de soja e estavam em barracos no Acampamento Renascer.

Violência. Inspirado em novela da TV Globo sobre o cacau no sul da Bahia, o Renascer foi cenário de sete mortes a partir de 1995. Só após a matança o Inkra instalou os Assentamentos Raimundo Vieira I, II, III e IV – referência a um dos mortos no acampamento. Quando técnicos da Eletrobrás apareceram para colocar postes do Programa Luz para Todos no Raimundo Vieira III, tiveram de correr. Pessoas ligadas ao fazendeiro Carlos Raposo não permitiram que os postes fossem instalados. Raposo e outros 15 fazendeiros têm processos na Justiça para reivindicar parte da Gleba Gama. A terra titulada não pertence à Gama.

NEM CERCAS DE ASSENTAMENTO DO INCRA ESCAPAM

A agricultora Nair Antônio da Costa, de 38 anos, foi acordada pela filha Jéssica, de 18. O marido, Edenilson Evaristo, de 45, continuou dormindo no barraco construído no assentamento do Inkra Raimundo Vieira III, em Nova Guarita. Pelas frestas, elas viram vultos que setornaram imagens nítidas de homens a partir dos faróis de carro. Eles cortavam as cercas com motosserras. “Eu disse para a Jéssica: ‘Vamos ficar quietas. Não acorda seu pai, deixa ele dormindo’. O Edenilson ia ficar nervoso e seria pior.” A filha não queria aceitar a ordem. “Não é justo destruírem cerca do pai”, disse.

No dia seguinte, Edenilson foi ordenhar vacas. Seus animais, num total de dez, tinham escapado. As cercas que montou estavam destruídas. Ele voltou para casa e começou a chorar. “Quando acordei para tirar leite, vi minhas cercas cortadas. Fui para a Polícia Civil, que mandou eu procurar a Federal, porque a terra é do Inkra. A Federal disse que isso não podia ocorrer,

mas ninguém foi preso até hoje.” Edenilson levou os animais para o curral de um conhecido, que passou a ficar com o leite em troca do capim que as vacas comem. Sem leite, a família passou fome.

Laércio Santos de Abreu, de 30 anos, deu falta de uma vaca que estava para dar cria. O animal era um dos 13 que compraram com dinheiro do trabalho na soja. Numa manhã de outubro, ele percebeu que a cerca perto do pequeno curral tinha sido destruída. A vaca

só podia estar na fazenda vizinha, avaliou. Ele tinha de passar por homens armados do lado de lá. Preparou o cavalo, pôs Lorena, a filha de 3 anos, na frente. A mulher, Floriana de Oliveira, de 27, foi na garupa com outro filho, Carlos Eduardo, de 10. Laércio e a família foram buscar o animal. Antes de passarem pela cerca, um guaxebea parou o grupo: “Você pensa que vai aonde?” Laércio respondeu: “Rapaz, vocês cortaram minha cerca e eu quero meu gado”. “Aqui não tem gado de ninguém. Você não pense que eu ando sozinho”, retrucou o guaxebea. “Só saio daqui com minha vaca”, disse Laércio.

Era segunda-feira. Diante da cena insólita de homem com mulher e crianças, o pistoleiro deu um prazo: “Você tem até quarta para achar sua vaca. Depois, não me responsabilizo por você nem por seus meninos. Você não deveria trazer criança para cá.” Laércio insistiu: “Vou procurar a vaca até o dia em que achar”. Mas não localizou o animal. Ele é um dos assentados do Raimundo Vieira III.

Em busca da vaca. Laércio Santos de Abreu e sua filha, Lorena.



REPORTAGEM ESPECIAL
TERRA BRUTA



Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta



Armamento. Homens da Atalaia na Fazenda Cedro

MILÍCIA LEGALIZADA

Empresas autorizadas pela PF fazem segurança de fazendeiros e grileiros

'Estado' visita fazenda que virou foco de tensão no Pará e ainda guarda marcas do último tiroteio em casas e cercas

André Borges e Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio e Hélio Romero (FOTOS)

As terras do sudeste paraense são vigiadas por empresas de segurança legalizadas pela Polícia Federal. Uma delas se destaca entre Anapu e Eldorado do Carajás. Criada em 2002 em Araguaína, Tocantins, por René Rodrigues de Mendonça, um agente federal aposentado, a Atalaia Segurança e Vigilância domina o mercado de escolta de fazendeiros e grileiros. Antônio Lopes de França Filho, de 25 anos, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Pará, dá o tom do relacionamento com posseiros: "A escolta é verdadeira pistolagem que tem liberação para matar".

Um dos focos de tensão fica a 40 km da Curva do S. Famílias de sem-terra disputam a posse

da Fazenda Cedro, de 8,3 mil hectares, sendo 80% da União. Histórias de terror marcam o Acampamento Helenira Resende, nome de uma guerrilheira morta pelo Exército em 1972. Ali vivem 450 famílias. A maioria dos adultos trabalha como peão e consertador de cercas.

Em março de 2015, Francinaldo Souza da Costa, de 25 anos, pescava com outros três sem-terra numa gruta, na divisa com a fazenda. Ele conta que seis homens da Atalaia chegaram em um Uno e uma caminhonete. "Eles desceram dos carros e mandaram fogo." Segundo ele, um dos agentes atirou no chão. Uma bala bateu numa pedra e acertou uma lente de seus óculos. Ele perdeu a visão do olho esquerdo. Celulares registraram o episódio.

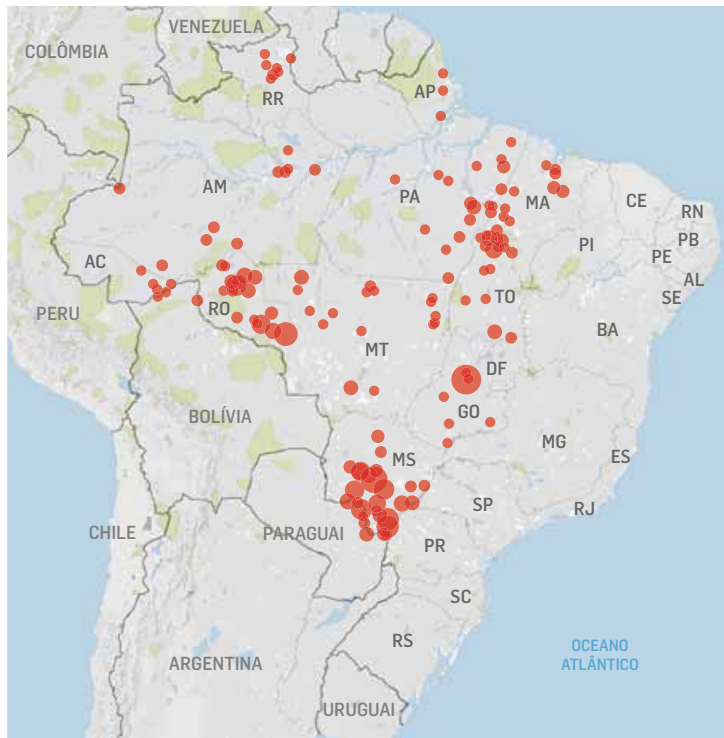
Francinaldo está há dois anos no acampamento. Estudou até a 8.ª série. Aos 5 anos, perdeu o pai, Compertino da Costa, goiano que chegou ao Pará nos anos 1970, morto a mando de um fazendeiro de Itupiranga. A mãe, Emília, criou cinco filhos em assentamentos.

Tiroteio. Camponeses relatam que, em agosto de 2009, seguranças da empresa mataram Wagner Nascimento Silva. Em

GUERRA NO CAMPO

Os 485 focos de violência mapeados pelo 'Estado' em 142 municípios

CONFLITOS POR TERRA



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

outubro, a escolta da Atalaia e os sem-terra trocaram tiros por 20 minutos. O Estado esteve

na porteira da Cedro. Três homens fortemente armados chegaram logo depois. Eles permiti-

ram a entrada no local, que guarda marcas do último tiroteio. Foi possível ver casas e cercas destruídas. Um dos homens disse que o grupo está ali por causa dos bois. Seriam cerca de 10 mil cabeças. "A gente quer controlar a situação, não quer matar", afirmou. "O tiroteio foi mais ou menos à 1h30 da madrugada, não dava para enxergar nada", disse, referindo-se a outubro. "Eles chegaram atirando, a gente só respondeu."

A Cedro era área de concessão do governo estadual para retirada de castanha. Benedito Mutran, do clã que dominou o mercado de amêndoas entre 1950 e 1980, cortou as castanheiras e criou o gado. O governo do Estado nunca se opôs à mudança de exploração da terra. Benedito vendeu a Cedro para o banqueiro Daniel Dantas. Por um capricho da história, Dantas teve como advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-deputado do PT que no passado defendeu famílias de guerrilheiros, sindicalistas e camponeses assassinados nas terras que hoje são apostas do banqueiro no negócio da mineração.

A Atalaia é alvo de denúncias em outro foco de conflito, a quase 6 horas de carro e 464 km de Marabá. Em Anapu, município onde a missionária americana Dorothy Stang foi morta em 2005, a empresa é citada pelo grupo da religiosa como prestadora de serviço para Debs Antonio Rosa, fazendeiro que diz ser dono do Lote 83, local de ao menos cinco assassinatos em 2015.

A reportagem, René, dono da Atalaia, negou que seguranças tenham atirado contra camponeses do Helenira Resende. Sobre Anapu, disse que sua empresa prestou serviços por apenas dois meses na área. Em relação ao assassinato de Wagner, declarou que um inquérito sobre o caso corre em Curionópolis e já esteve em três audiências conduzindo agentes. "A perícia vai comprovar que nossos seguranças não causaram a morte."

197 FORAM MORTOS POR CAUSA DE TERRA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ EM 20 ANOS

AMANHÃ
Em inquéritos policiais de Anapu, crime por terra é camuflado como homicídio comum. Em Machadinho D'Oeste, extrativistas tentam resistir aos madeireiros.

TEMPO APAGA SEPULTURAS DE MORTOS EM MASSACRE

Cerca de 690 famílias de sobreviventes foram instaladas pelo Incra a 40 km de Eldorado; 73% delas continuam na terra

A demarcação de terra é uma ilusão no Cemitério de Curionópolis, onde foram sepultados 14 dos 19 sem-terra executados pela polícia paraense na vizinha Eldorado do Carajás, em abril de 1996. O tempo consumiu as cruzes de madeira e não há placa indicando o local onde os trabalhadores foram enterrados há 20 anos. Vigia do cemitério, Wilson Lucena Barbosa localiza as covas por dois ipês-brancos e um cajueiro. Ele conta que duas cruzes de madeira sem identificação num canto, próximas ao cajueiro, são de vítimas do massacre, pois estão envolvidas com flores feitas de lata. No local, também foi enterrada uma mulher que morreu no fim do ano passado.

Na Curva do S, trecho da BR-155, a antiga PA-150, em Eldorado, ativistas fincaram 19 tron-



Curionópolis. Barbosa mostra local onde 14 dos 19 sem-terra foram enterrados há 20 anos

cos de castanheiras para lembrar as vítimas, dez delas executadas à queima-roupa, com tiro na testa e nos olhos. Nesse local, tropas do coronel Mário Pantoja e do major José Maria Pereira de Oliveira, da Polícia Militar, sob ordens do governador Almir Gabriel (PSDB), encerraram e assassinaram Abílio Alves Rabelo, Altamiro Ricardo da Silva, Amâncio Rodrigues

dos Santos, Antonio Alves da Cruz, Antonio Costa Dias, Antônio (conhecido por Irmão), Graciano Olímpio de Souza, João Carneiro da Silva, João Rodrigues de Araújo, Joaquim Pereira Veras, José Alves da Silva, José Ribamar Alves de Souza, Leonardo Batista de Almeida, Lourival da Costa Santana, Manoel Gomes de Souza, Ozziel Alves Pereira, Raimundo Lopes Pereira,

Robson Vitor Sobrinho e Valdemir Ferreira da Silva.

O Incra instalou 690 famílias de sobreviventes do massacre a 40 km de Eldorado. A situação do Assentamento 17 de Abril é caso raro. Das famílias que ganharam lote, 73% continuam na terra. A memória da tragédia pode estar por trás da permanência da maioria.

"Aí foi mais por causa da sim-

bologia do que ocorreu. O pessoal ficou mais agarrado", relata, com orgulho, Raimundo dos Santos Gouveia, de 61 anos. Ele é um dos líderes dos sem-terra que estavam na Curva do S em abril de 1996.

Na varanda da pequena casa de alvenaria na vila do assentamento, Gouveia relata que o grupo tinha saído de um acampamento na Fazenda Formoso, no Complexo Macaxeira, antiga área de castanha, em Curionópolis, para pedir pressa na demarcação. Além dele, integravam o comando da manifestação Márcio Lima, Ozziel Alves Pereira, Onalício Araújo Barros, o Fusquinha, Joaquim Negão, e Valentim Sena, o Doutor. A maioria das 3 mil pessoas do acampamento era de garimpeiros, suas mulheres e filhos que vagavam pelo Pará desde o declínio da mineração em Serra Pelada, nos anos 1980. "Só deu para chegar até a Curva do S", lembra Gouveia.

O avanço das tropas surpreendeu o grupo. "Nunca pensei que ia ocorrer o ataque. E tanto que eu estava com a mi-

nha mulher, Maria, e minha filha, Roseni. Quem ia saber o que aconteceria?"

Pelo relato de Gouveia, Pantoja chegou a dialogar. "Ele disse: 'Estamos tentando conversar com o governo para resolver o problema de vocês. Só não queremos que fechem a estrada'. Foi uma conversa bonita, maneira. Mas ele só esperava vir mais força", conta. Os sem-terra deixaram a pista na hora do café da tarde. Na volta, foram cercados. No início do tiroteio, Gouveia, Maria e Roseni entraram no mato. "Toda noite a gente sonha com o que passou."

Em 26 de março de 1998, Fusquinha e Doutor foram fuzilados por policiais numa operação montada pelo grileiro Carlos Augusto da Costa. Os sindicalistas lideravam uma ocupação da Fazenda Goiás 2, terra de antigo assentamento, quando foram presos sem autorização judicial. Doutor recebeu dois tiros no tórax. Ao socorrer o amigo, Fusquinha foi alvejado nas costas. Os nove policiais desse episódio tinham estado na Curva do S dois anos antes.

REPORTAGEM ESPECIAL TERRA BRUTA

Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

FOTOS: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO



BR-230 e BR-155 | PARÁ

Atoleiro. Dia de chuva e lama na Transamazônica, perto de Anapu

MORTES CAMUFLADAS

Onde Dorothy Stang morreu, homicídio por terra é registrado como comum

Morte de missionária americana em 2005 não acabou com os conflitos pela terra nem com os ataques contra a floresta

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

A repercussão do assassinato da missionária americana Dorothy Mae Stang, em Anapu (PA), em 2005, tornou-se uma barreira ao avanço de madeireiros no rumo do oeste da Amazônia. O crime organizado continua, no entanto, matando defensores da floresta. Para camuflar os homicídios, pistoleiros executam vítimas em ruas e bares de pequenas cidades da região.

Colega de Dorothy, a também missionária americana Jane Dwyer aponta sete mortes por conflito de terra e madeira ocorridas em Anapu no ano passado. Ela rejeita a versão da Polícia Civil, que investiga apenas uma morte no período causada por disputa no campo. “Eles inventam. Matar na cidade é estratégico. Dizem que é por causa de mulher, bebida, vingança. Não é. É por terra.”

No Brasil desde 1972, Jane trava uma batalha para mostrar que o assassinar de Dorothy não foi um divisor de águas na história dos conflitos de terra em Anapu, como diz a polícia. Para Jane, o tempo de assassinatos por terra não passou. Ela diz que o mesmo grupo de grileiros que matou a colega de congregação está por trás de execuções recentes, longe das terras em disputa para descaracterizar o crime.

“O povo brasileiro não recebeu o mesmo tratamento que Dorothy recebeu após a morte”, afirma Jane. Ela teve tratamento diferenciado. Houve um certo processo que condenou os matadores, embora os mandantes não estejam na cadeia.”

◆ **Punição.** No caso de Dorothy, os mandantes do crime, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, foram condenados a 30 anos de prisão. Bida está preso. Taradão recorre em liberdade. Amair Feijoli Cunha, o Tato, intermediário que contratou pistoleiros, pegou 18 anos. Rayfran das Neves Sales, que atirou na missionária, foi condenado a 27. Ele passou a cumprir a pena em prisão domiciliar, envol-



Rondônia. Giselda e o marido, ao lado de árvore centenária

A VIDA DE UMA MULHER MARCADA PARA MORRER

Giselda Pilker parece não acreditar no que vê. A seu redor, um cenário de terra arrasada. Após derrubarem e arrastarem as árvores mais nobres, “toreiros” queimaram o que restou de pé nos extremos da reserva extrativista, a 8 km da casa onde a extrativista vive com a família, no coração da mata. A limpeza da área abrirá espaço para capim e loteamento ilegal. É o avanço incontrolável do pasto e da grilagem dentro de uma floresta protegida por lei.

“Não sei o que dizer. Minha lágrima não é de hipocrisia. É de dor mesmo”, diz a mulher, prostrada sobre a trilha aberta por tratores e caminhões na Reserva Maçaranduba. “Quantas pessoas e árvores terão de morrer até que tudo isso se acabe? Não temos mais para quem gritar.”

Mas Giselda ainda grita, e alto. E isso tem incomodado. Nos confins de Machadinho D’Oeste, na fronteira de Rondônia com o Pará, a mulher de 43 anos é uma das poucas vozes que ainda lutam para manter o que res-

teu-se em outro crime de morte e voltou para a cadeia. Outro pistoleiro, Clodoaldo Carlos Batista, pegou 18 anos e está foragido.

A história de Bida é emblemática. Ele passou por quatro julgamentos. Em 2013, os ministros da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, Teori Zavaski e Ricardo Lewandowski decidiram anular um dos julgamentos diante do argumento de que, no terceiro júri, o defensor público nomeado pelo presidente da 2.ª Vara do Tribunal do Júri, em Belém, não teve tempo de preparar a peça. Ministros Celso de Melo e Cármen Lúcia votaram pela manutenção da pena.

A decisão do STF que mais chocou ativistas ocorreu em 2012. O ministro Marco Aurélio Melo deu liminar garantindo a Taradão liberdade enquanto aguarda julgamento. Ativistas acusam Taradão de comandar a nova onda de assassinatos. Ele

estaria por trás de seis mortes de pessoas ligadas à demarcação do Lote 83, mais conhecido por Fazenda do Taradão.

Ele teria relação com as mortes de Edinaldo Alves Moreira, Jesusmar Batista de Farias, Cosmo Pereira de Castro, Hércules Santos de Souza, José Nunes da Cruz Silva e Cláudio Bezerra da Costa. Os crimes têm em comum o fato de terem ocorrido na área urbana de Anapu, sido executados por pistoleiros em moto e envolver disputa pela posse do Lote 83. A exceção é o assassinato de Hércules, jovem de 17 anos de uma família do Lote 46, outra área de conflito. Para ativistas, policiais civis estão ligados aos crimes.

O Estado procurou a delegacia de Anapu. Primeiro, agentes recomendaram que fosse procurada a assessoria da Polícia Civil em Belém. Depois, disseram que, dos assassinatos citados pelo grupo de Dorothy, apenas o de José Nunes seria por terra.

tou da unidade de conservação, uma das 16 florestas extrativistas que avançam rumo norte até o Parque Nacional dos Campos Amazônicos. São muitos os que querem calá-la e tentativas para isso não faltaram.

Na casa onde vive há seis anos com o marido, João Coelho, e o filho, John Lennon, Giselda passou a receber ameaças de pistoleiros. Os recados se tornaram mais constantes a partir de março de 2015, quando ela denunciou à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) que bandidos tinham roubado 3 mil m³ de madeira nobre, incluindo ipê, garapa e cedro, o equivalente a 150 caminhões abarrotados

de toras. Dias depois, sua casa foi assaltada. Roubaram pertences da família, ferramentas, espingarda. Ninguém foi preso. A extrativista fez outras denúncias. Vieram mais ameaças. Da cidade, um amigo foi usado para levar recado de um pistoleiro: “Tira a Giselda de lá, faz ela parar, senão vai morrer”. Dias depois, um carro com três homens parou em sua porta. “Só não morri porque Deus não deixou. Estava só. Quando meu cachorro começou a bater no portão, acharam que tinha mais alguém em casa e foram embora.”

Em 5 de junho, Giselda se deparou com uma cena de horror no casebre que usa para tratar

da horta e de bichos, a 3 km de casa. Bandidos mataram seus porcos e esfregaram vísceras e sangue nas paredes. “Fizeram sujeira em tudo, sem dó nem piedade. Foi mais uma forma de intimidar.”

Outro amigo de Giselda receberia a visita de um estranho, a 30 km da reserva. O homem entrou na casa do extrativista Elizeu Berçacola sem ser convidado e disse: “Tenho quatro cargas de garapa para tirar da floresta, mas o diabo daquela mulher fica embaçando. Avisa que ela vai tomar”.

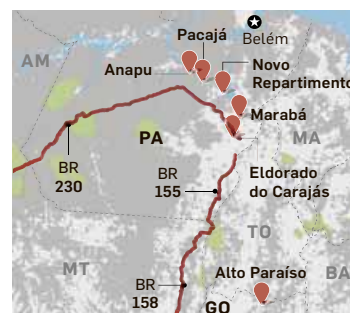
Giselda parece se preparar para o pior. Abriu mão do convívio da neta para proteger a menina. O filho foi obrigado a sair do trabalho, porque chegava tarde. “A paz que a gente tinha se foi. Nossa vida virou um inferno.”

A teimosia em proteger a floresta é alimentada por uma história de superação. Ao deixar o Espírito Santo, há 21 anos, Giselda queria passar apenas um mês em Rondônia. Nunca mais voltou. Oito anos atrás, em Ji-Paraná, descobriu um câncer que atacou útero, intestino, ovário e mama. Foram quatro tratamentos intensivos até se livrar dele. O médico recomendou que mudasse de vida. “A floresta foi minha cura. Se tiver que morrer aqui, que seja, mas não vou sair.”

20%

DA COBERTURA NATIVA AMAZÔNICA JÁ FOI DERRUBADA, SEGUNDO O INPE

• Onde ficam



Em nenhum dos crimes o autor foi preso. Mesmo diante das suspeitas, os cinco outros casos não foram encaminhados à delegacia de Marabá especializada em conflitos no campo.

Isolamento. Enquanto a floresta cai, o tempo de barbárie e pobreza em Anapu permanece. É um lugar isolado. Em fevereiro e março, no inverno amazônico, a estrada entre a cidade de Dorothy e Eldorado do Carajás, outro município marcado por uma emblemática

tragédia no campo, fica quase intransitável. A partir de Marabá, a Transamazônica não tem asfalto. Na altura de Novo Repartimento, se transforma num lamaçal.

A política de cerco à floresta segue inalterada desde que tratores abriram os primeiros trechos da rodovia, no tempo da ditadura. A Transamazônica cortou os açaçais dos índios paracanãs, que hoje enfrentam grileiros. A margem esquerda da estrada, em Pacajá, que o governo reservou aos índios, é de mata densa. A da direita está devastada, com rebanhos de animais esqueléticos e de baixo porte.

Anapu, com 22 mil moradores, está nas duas margens da Transamazônica, na altura em que a rodovia alcança o rio que batiza o lugar. O nome de Dorothy está numa biblioteca de madeira mantida pela Igreja, no túmulo na beira do Anapu, num sítio próximo ao centro urbano e na luta das missionárias que a acompanharam por 40 anos.

Fazendeiro vive confinado em apartamento

Há mais de um ano, o espaço do pecuarista Caubi Moreira Quito se resume a um apartamento de 80 m² em prédio de Ariquemes, Rondônia. Aos 70 anos, ele diz que passou a viver confinado como gado desde setembro de 2014, quando sofreu emboscada. “Estou encurralado, preso nesse lugar. Fui expulso da minha fazenda, saí de lá tocado a bala.”

Eram 11 horas. Acompanhado de um funcionário, ele chegou à Fazenda Formosa, em Alto Paraíso, a 230 km de Porto Velho. Ao passar na portaria, deparou-se com homens armados. “Eram oito ou dez. Estavam no mato, encapuzados. Quando parei perto da entrada, meteram bala. O carro ficou com 24 perfurações.” Caubi e o empregado escaparam.

A disputa pela Fazenda Formosa tem capítulos de sangue desde 2000, quando parte da terra foi comprada por Caubi. A raiz do conflito está na desapropriação da área. Em 1995, o Incri já havia determinado que as terras receberiam assentamento de reforma agrária. Ainda assim, Caubi adquiriu parte da propriedade porque, segundo ele, o próprio Incri garantiu que não havia obstáculos. “Entrei com permissão do Incri. É uma posse assinada pelo superintendente do Incri.”

Um grupo de assentados resistiu na área desde 2004. Nos últimos anos, o clima ficou mais tenso. A tentativa de assassinar o fazendeiro ocorreu logo após reintegração de posse, em setembro de 2014. Em outubro daquele ano, um grupo invadiu a sede da propriedade, matou um funcionário e incendiou instalações. Em maio do ano passado, dois homens foram assassinados.

O fazendeiro promete retornar à fazenda e ocupar os 2,4 mil hectares. Neste ano, ele obteve ordem de reintegração de posse, decisão questionada por Ministério Público Federal e Incri. “Tive de tirar 1,8 mil cabeças de gado de lá e alugar um pasto, porque estavam matando animais. Vou ter de reconstruir toda a fazenda, mas não vou abrir mão. Eu vou lá pra dentro.”

AMANHÃ

Como a economia do crime abatece um mercado paralelo na floresta. Pistolagem alimenta extração da madeira no Vale Assombrado, norte de Mato Grosso.

REPORTAGEM ESPECIAL TERRA BRUTA



Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

SAQUE NA FLORESTA

Estrutura financeira criminosa usa madeira ilegal para bancar pistolagem



Ilegais.
Estradas são abertas na mata para roubar madeira

BR-163 MATO GROSSO

Carretas carregadas de toras deixam fazenda em terra da União que é alvo de disputa e percorrem 30 km até madeireiras

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

A economia da madeira ilegal chegou ao Vale Assombrado, uma região de floresta intocada e solo fértil na Serra do Cachimbo, norte de Mato Grosso. A parceria de madeireiros e grileiros banca a pistolagem e processos na Justiça. Dessa aliança resultam recursos intermináveis nos tribunais e o saque de anjelinhas, andirobas e mognos.

Um dos alvos do mercado clandestino de toras é a Fazenda Araúna, uma área de 14.639 hectares, o equivalente a 14 mil cam-

pos de futebol, em Novo Mundo, norte de Mato Grosso. O saque de madeira da fazenda ocorre em meio à disputa entre uma família de ruralistas e pequenos agricultores sem terra. A retirada de espécies nobres, no entanto, é um crime sem autor. Ninguém assume o assassinato da floresta.

A corrida pelas terras e árvores da Araúna começou para valer em 2008, com a morte do médico Marcelo Bassan. Nos anos 1980, ele adquiriu um título de 5 mil hectares da fazenda e, para garantir a regularização do resto da terra, fez acordo com famílias de agricultores pobres, repassando a elas uma pequena parte. Enquanto abria 80 km de estrada e colocava quase 100 km de cercas, Bassan tentava regularizar toda a área. Mas morreu antes de conseguir.

Enquanto a União tenta rever a posse e os Bassan, incluir a terra na herança, madeireiros atuam. À espera de uma decisão final da Justiça, cem famílias de sem terra denunciam os cortes de árvores. O pequeno agricul-

tor João Batista dos Reis, de 29 anos, casado, pai de um menino, e Marlon Cecom, de 27, solteiro, estão entre os que monitoram, à espreita, os depredadores e no trabalho de consertar cercas, eles ficaram encarregados de “espionar” a atuação de guaxebas (pistoleiros) e madeireiros. Descobriram que a mata estava sendo derrubada e passaram a informação ao líder do acampamento, Antônio Bento, o Tonhaco, de 45 anos, que montou uma estratégia para achar a rota das madeiras derrubadas: ir até as bodegas ouvir histórias dos madeireiros. No fim das tardes de sábado e domingo, eles revelaram, caminhos saem com toras por uma porteira dos fundos da fazenda e percorrem 30 km até pequenas madeireiras no centro de Novo Mundo. “O salário dos guaxebas é pago com dinheiro de madeira roubada”, denuncia Tonhaco.

A viagem do Estado à região ocorreu em fevereiro. Até hoje, a truculência tem dado as car-

tas por lá. No dia 21 de fevereiro, cinco encapuzados jogaram gasolina e atearam fogo no acampamento que os sem-terra montaram na estrada em frente à fazenda, após serem despejados pela polícia, levando terror a crianças e mulheres. Em um dos barracos incendiados estavam dois menores, que escaparam. Motos e carros foram destruídos. Os pistoleiros estavam à caça de Tonhaco.

O grupo dele ocupou parte da Araúna pela primeira vez em 2012. Montou barracos e iniciou plantios de banana, mandioca e milho. Marcelo Bassan Júnior, filho do médico morto, entrou com mandado para retirar os sem-terra. A juíza Adriana Sant’Anna Coningham, da Vara da Justiça Agrária de Mato Grosso, aceitou o pedido. O juiz federal em Sinop, Murilo Mendes, confirmou a decisão. Tonhaco, o líder dos sem-terra, reclama que a magistrada, por ser da Justiça Estadual, não poderia atuar em caso de terra da União. “Em Mato Grosso, a Jus-

● Onde ficam



tiça não olha o drama social. São famílias em situação de vida difícil”, afirma. “Quer matar pode matar. A gente continua aqui até quando tiver vida.”

Espólio. O advogado Marcelo Bertoldo Barchet, do espólio de Marcelo Bassan, disse que o médico e sua família sempre buscaram resolver a questão da Araúna apenas na Justiça. Ele afirmou que, após a morte do médico, começou uma “movimentação política” para que pessoas invadissem a área.

“Em 2009, pedimos uma perícia para delimitar a área titulada. A Justiça até hoje não designou sequer um perito.” Barchet reclama que os ocupantes entraram três vezes na fazenda, sendo duas após decisões da juíza a favor do espólio. “Pedimos a prisão dos invasores, mas a juíza disse que não era função dela. Ninguém foi preso.”

Ele afirmou que a polícia esteve diversas vezes na Araúna e não constatou a existência de homens armados e outras irregularidades. Nas investigações, não se identificou entre os funcionários fisionomias de jagunços descritos pelas famílias. Barchet diz que o episódio da destruição do acampamento é “um factoide criado para mudar a situação do direito constituído”. Também reclama da retirada de madeira, negando que isso tenha envolvimento de funcionários da fazenda. “Há uma situação de desrespeito à ordem. As pessoas são incentivadas por políticos e até religiosos. A presença do Estado é mínima.”

BR-319 AMAZONAS

‘MÁFIA VERDE’ ATUA DO DESMATE À VENDA DE LOTES

Na tabela da violência, que acompanha todo o processo, preço da morte de uma pessoa equivale ao de 2 ou 3 m³ de ipê

A destruição da floresta e a pressão implacável de grileiros sobre terras do Centro-Oeste e Norte do País resultaram num mercado ilegal que integra, por vias tortas, a cadeia econômica dos grandes centros e seus poderosos paralelos. Na engenharia financeira dos crimes do campo, o comércio da violência estipula tabelas de preços para vidas de homens e árvores, expandindo suas raízes para todas as esferas do poder público e deixando um rastro de prejuízos sociais e ambientais.

Para compreender como funciona essa engrenagem, o Estado coletou informações e de-

poimentos de madeireiros, puxadores de toras, pistoleiros, grileiros, posseiros, pequenos agricultores, extrativistas e pessoas ameaçadas de morte. Para estimar a dimensão do rombo, a reportagem cruzou três informações: média de área desmatada anualmente, volume aproximado de madeira extraída de florestas e preço cobrado por m³ extraído ilegalmente.

Na tabela de preços da barbárie, o assassinato de uma pessoa não difere tanto do valor cobrado por dois ou três m³ de ipê, que hoje é arrancado da floresta por cerca de R\$ 1,5 mil. Na cotação de Ariquemes, Rondônia, um pistoleiro “profissional” costuma cobrar de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil para executar seu serviço, conforme a “importância” de quem vai perder a vida. Na média, ele costuma ir a campo por bem menos que isso. A floresta foi tomada por uma



Troncos etiquetados. Papéis muitas vezes são usados para simular uma extração legal

hierarquia bem estruturada de agentes criminosos, onde o madeireiro é protagonista. Ele financia operações, recebe encomenda – muitas vezes de metrópoles distantes, como São Paulo – e se movimenta para fazer a entrega. Seu alvo são as madeiras nobres. A busca fica nas mãos de toreiros, homens enviados ao mato para contabilizar árvores e calcular o custo de abertura de trilhas.

O investimento é alto. Na fronteira de Rondônia com o Pará, uma ação com dez homens custa aproximadamente R\$

240 mil. Com esse dinheiro, é possível contratar duas máquinas, mateiros, olheiros e abrir um rasgo de 5 a 10 km na mata virgem. Nas unidades de conservação, a porta de entrada dos criminosos costuma ser sítios localizados no entorno da floresta. Em Rondônia, por cerca de R\$ 7 mil por semana, donos de propriedades abrem suas porteiras para que madeireiros invadam a mata. A derrubada normalmente é feita por um trator skidder, praticamente um tanque de guerra capaz de pas-

sar por cima de tudo o que encontra pela frente. O avanço médio do estrago é de 1 km por dia. Sem dificuldade, um skidder pode arrastar sozinho cerca de 150 m³ de madeira por dia. Em apenas uma semana, 40 hectares vão abaixo, uma área de 40 campos de futebol.

A retirada do material costuma ser feita à noite, mas a reportagem também flagrou vários caminhões carregados de madeira em plena luz do dia. Antes de a encomenda seguir até os pátios dos madeireiros, batedo-

res com motos são usados para checar se o caminho está limpo. Informações são passadas por rádio. Para camuflar o material, etiquetas são coladas nos troncos para simular que a madeira veio de área onde o manejo é permitido. É um golpe fácil, já que não há fiscalização sobre a origem real do material.

A retirada das espécies mais caras garante o lucro do madeireiro, paga contas de empregados e máquinas e financia as etapas seguintes da devastação. Depois de aberto o rasgo na mata, será a vez do segundo, terceiro e quarto ciclos do roubo da madeira. Nessas etapas, são abertas as esplanadas, canteiros laterais onde os toreiros cortam os tipos de menor valor. A dilapidação chega ao fim com a entrada dos lasqueiros, em busca de material para a construção de cerca. Exaurida toda a madeira de interesse comercial, queima-se o resto. A partir daí, o terreno está pronto para as “correrias pelas terras”, a disputa que definirá o que será pasto e o que será recordado pelos grileiros. Da derrubada das árvores ao loteamento ilegal das terras, as digitais da máfia verde são vistas a olho nu.

AMANHÃ

Demitida, servidora de Rondônia volta ao trabalho para liberar ilegalmente 880 caminhões de madeira. Ibama diz que política na Amazônia segue lógica do crime.

REPORTAGEM ESPECIAL
TERRA BRUTA



Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

BR-319 RONDÔNIA

Sem fiscalização. Caminhão leva madeira de Pimenta Bueno a Espigão D'Oeste, em Rondônia



DESTRUIÇÃO LIBERADA

Servidora demitida em Rondônia autoriza retirada recorde de madeira

Na lista de aliados fiéis do governador Confúcio Moura, servidora agora coordena área urbanística no DER de Rondônia

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

Em 5 de dezembro de 2014, uma sexta-feira, um registro inusual apareceu na tela do sistema de Documento de Origem Florestal do Ibama, programa usado por Estados para oficializar extração de madeira no País. Com apenas um clique, a Secretaria do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam) havia liberado "Autorização de Exploração Florestal" (Autex) para a derrubada de 17.613 m³ de madeira em benefício de Paulo Firmino da Silva.

Era um volume abissal. Em condições normais, essas autorizações costumam envolver quantidades de 3 mil ou 4 mil m³. A retirada de toda aquela madeira, que seria feita numa única área de "plano de manejo florestal sustentável", equivalia a enfileirar 880 caminhões abarrotados de toras. Mas o proble-

ma não era só a dimensão do pedido, e sim como e por quem foi liberado. A autorização milionária saiu das mãos de Nanci Maria Rodrigues da Silva, secretária da Sedam que, no dia anterior, 4 de dezembro, havia sido oficialmente demitida do cargo, com exoneração assinada pelo governador Confúcio Moura e publicada no Diário Oficial de Rondônia.

Mesmo sem emprego, Nanci seguiu para a secretaria em 5 de dezembro e encarou mais um dia de trabalho. Além da liberação de madeira, transação que só ela podia fazer porque detinha senha eletrônica pessoal, a ex-funcionária teve tempo de registrar outras operações no sistema, como homologação de ofertas de madeira de Rondônia para o Pará e cadastros de pátios de madeira.

Ao Estado, ela disse que registrou os pedidos na manhã daquele dia porque ainda não sabia que tinha sido oficialmente demitida. "No dia em que fui exonerada, eu não sabia. Quando tinha lançamentos para fazer e liberar, eu chegava de manhã e as Autex estavam prontas. O setor fazia as Autex e eu libera-

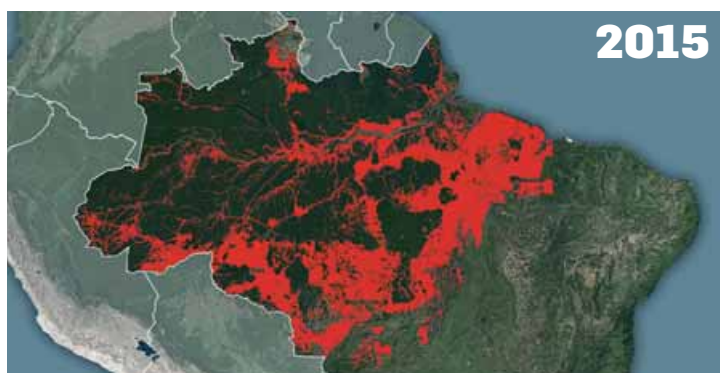
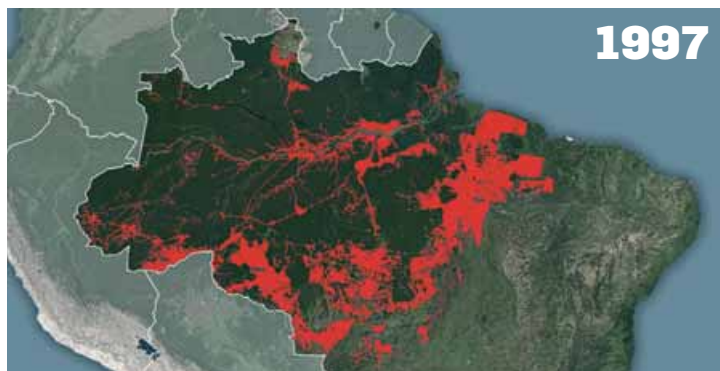
va o que tinha para liberar. Nesse dia, só soube que estava exonerada após as 10 horas, porque o Diário Oficial sai atrasado."

Ocorre que a extração de madeira liberada pela secretária, segundo documento obtido pela reportagem, foi registrada na tarde daquele dia. No sistema, Nanci deu entrada na autorização às 14h25. "Duas horas da tarde? Tu tens certeza? Não sei, deve ter sido, não sei dizer", declarou, ao ser informada sobre o horário. "O que eu posso te afirmar é que não fiz nada que não tivesse um procedimento, um processo."

Ela disse que, após saber da demissão, pediu que todos os atos praticados naquele dia fossem cancelados, incluindo a autorização a Paulo Firmino da Silva para explorar madeira. O cancelamento, na verdade, só ocorreria três dias depois, conforme apurou a reportagem. Nanci afirmou não conhecer Firmino.

A ex-secretária atribuiu a divulgação de seus atos a "intrigas" e "maldades" de outros funcionários da Sedam, que teriam interesse em prejudicá-la, em decorrência de denúncias que ela já teria feito. "Minha vida não tem

Manchas do desmatamento



FONTE: INPE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

esse negócio de malícia, de falta de ética, de valores distorcidos. Agora, eu encaminhei muita coisa também para o Ministério Público, para a Polícia Federal, coisas que eu achava que estavam erradas."

Nova função. Nanci deixou a

Sedam, mas não saiu do governo. Após um período de férias, Confúcio a levou para sua assessoria no palácio do governo de Rondônia. Hoje, ela coordena ações urbanísticas do Departamento de Estradas, Rodagens, Infraestrutura e Serviços Públicos (DER) de Rondônia. Conti-

nua na lista de aliados fiéis do governador.

Confúcio ilustra a relação umbilical entre política de manejo florestal e financiamento eleitoral. Entre os principais doadores que o ajudaram a se reeleger em 2014 estão empresas que obtiveram concessões para explorar grandes áreas de floresta e empresários interessados na expansão de lavouras em áreas devastadas.

Itamar Loks e Hugo de Carvalho Ribeiro, de um grupo de produtores rurais, doaram R\$ 500 mil cada para sua campanha. A Triângulo Pisos e Painéis, que conseguiu por meio da Indústria de Madeira Manoá explorar 47 mil hectares, deu R\$ 60 mil. O esforço para reeleger o governador valia até cheques de valor quase simbólico como o de Jonas Perutti, de R\$ 10 mil. Perutti é figura influente no meio empresarial de Rondônia. Sua empresa, a Madeflona, conseguiu grandes concessões, como 87 mil hectares da floresta de Jacundá. A fiscalização do manejo é tarefa de governos estaduais.

AMANHÃ

Fazendas de gado pressionam florestas protegidas, terras indígenas e caboclos retirados. Aos 88 anos, d. Pedro Casaldáliga enfrenta o crime organizado.

SISTEMA DE CONTROLE VIRA FERRAMENTA DE LADRÕES DE MADEIRA

Diretor de Proteção Ambiental do Ibama afirma que toda política hoje na Amazônia é construída dentro do crime

O processo criado pelo governo federal para que os Estados registrem e gerenciem taxas de desmatamento é hoje uma ferramenta para esquentar madeira saqueada. Em vez de controle e monitoramento, o que se consolidou foi um mercado paralelo de compra e venda de créditos fictícios da floresta, documentos que são usados dia e noite para assaltar unidades de conservação. Estados criaram floresta virtual para promover desmatamento de árvores reais.

Ao lançarem registros de "créditos florestais", secretarias de meio ambiente decla-

ram, teoricamente, qual será a quantidade de árvores que proprietários poderão retirar de planos de manejo. É um jogo de cartas marcadas. Não há fiscalização sobre essas áreas nos Estados e, invariavelmente, o volume de madeira registrado no papel não corresponde ao que existe no campo. Com os créditos nas mãos, madeireiros estão liberados para o crime: invadem unidades de conservação e terras indígenas e retiram da mata as espécies mais nobres.

É o próprio diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano de Meneses Evaristo, quem admite a falta de controle do sistema. "Você apresenta um plano com a área que deseja retirar a madeira, depois saca essa madeira de outros lugares. Em Mato Grosso, há dezenas de planos de manejo colados a terras indígenas. Na verdade, o madeirei-



Troncos queimados. Funcionário abre espaço para o gado

ro entra na aldeia, derruba e retira as árvores", acusa. "O governo do Pará coloca os planos de manejo em volta da terra indígena Cachoeira Seca. Madeireiros entram, tiram a madeira da unidade e usam créditos fictícios de planos de manejo, assaltando a floresta."

Só no ano passado foram abertos 333 km de vias ilegais na Cachoeira Seca. Os caminhos já se aproximam da aldeia dos índios arara. Entre 2011 e 2015, os rasgos na unidade abertos para reti-

rar madeira atingiram 633 km.

Por ano, os governos de Pará, Mato Grosso e Rondônia, os três Estados que mais emitem créditos florestais, liberam um volume de autorização para desmatamento de cerca de 950 km², área equivalente a três cidades de Belo Horizonte. Estimativas apontam que pelo menos 80% desses créditos florestais são objeto de fraude. "Confesso que não conheço até hoje um único plano de manejo estadual que esteja funcionando re-

gularmente, sem nenhum tipo de irregularidade. Todas as terras indígenas são pressionadas por madeireiros, que são escorados por planos de manejo fantasma, que geram crédito fictício e desembocam na retirada de madeira em unidades protegidas", admite o diretor do Ibama. "Para acabar com isso, teria de chamar os Estados e cancelar todos os planos atuais, fazer uma varredura."

Hoje, a taxa oficial de desmatamento do País é de 5 mil km² por ano. Assentamentos do Incra são responsáveis por um terço desses cortes. A meta do Ibama é baixar esse volume para 3,9 mil km² até 2020. "Chamamos o Incra para nos acompanhar nas operações de licenciamento e reduzir esse avanço. Na hora de ir a campo, eles não vão, não comparecem às reuniões, não têm responsabilidades", acusa o diretor. "Os Estados não fazem nada porque todo sistema político da Amazônia é construído dentro do crime ambiental. O deputado e o senador são eleitos pelo madeireiro, pelo fazendeiro. Toda vez que o Ibama dá uma pancada em alguém, vem um deputado

reclamar, porque aquele sistema está rolando em cima da ilegalidade. Ele está financiado pelo madeireiro."

O Ministério do Meio Ambiente começou a trabalhar num novo sistema de controle, que incluirá coordenadas geográficas do local autorizado para extração e a situação detalhada do licenciamento ambiental dos planos de manejo.

Precariedade. A letargia dos Estados em fiscalizar suas áreas é favorecida pelo sucateamento do Ibama. Não há renovação de quadro de pessoal nem infraestrutura para dar conta do trabalho. Em 2008, o órgão federal tinha 1,6 mil funcionários. Hoje são 900. Há seis helicópteros e 400 carros para cuidar de todo o País. Para realizar uma fiscalização minimamente razoável na Amazônia, seria preciso contratar mais mil servidores. O esvaziamento progressivo causado pela aposentadoria de funcionários também é acelerado pela exoneração de profissionais corruptos. Entre 2014 e 2015, a diretoria do Ibama demitiu 60 empregados por irregularidades e fraudes.

REPORTAGEM ESPECIAL

TERRA BRUTA



Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil

NA WEB
www.estadao.com.br/terra-bruta

BR-158 MATO GROSSO

Serra do Roncador. Entorno convertido em pastagem



CURRAL CLANDESTINO

Fazendas de gado pressionam florestas protegidas e terras indígenas

Na Ilha do Bananal, mais de 93 mil cabeças de gado são criadas em área onde, por lei federal, não poderia haver rebanhos

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

Da Serra do Roncador (MT) à Ilha do Bananal (TO), o gado avança sobre áreas sensíveis de Cerrado e floresta. Sopés dos grandes granitos do norte de Mato Grosso e terras da maior ilha fluvial do mundo viraram pasto. Embora seja proibido criar gado em área indígena, na reserva dos carajás no Tocantins fazendeiros já mantêm mais de 93 mil cabeças de gado.

Pressionados pela ocupação descontrolada do solo, índios passaram a fazer parte do negócio, arrendando terras para invasores que pagam pequenas quantias para ter acesso à ilha banhada pelos Rios Araguaia e Javaés. Vice-cacique da Aldeia Santa Isabel do Morro, onde vivem 900 índios, Txiarawa Karajá conta que a tribo recebe de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil por ano para não impor resistência. O dinheiro, repassado aos índios em duas parcelas. “A gente sabe que não é legal, mas aceita essa situação porque precisa do re-

Caboclos retireiros lutam para criar gado no Araguaia

● Nas cheias, terras do distrito de Mato Verdinho, no município mato-grossense de Luciara, à beira do Araguaia, são fertilizadas por sedimentos trazidos pelo rio. No baixio, surge o tapete verde. É uma região de pasto nativo, onde uma centena de famílias de caboclos, os chamados retireiros, vive há um século da criação de gado. No fim dos anos 1990, pecuaristas e grileiros do Sul do País começaram a ocupar as terras férteis que são legalmente da União. Eles fecharam acessos a lagoas e praias, mudando a vida da comunidade.

Por pressão de entidades e

curso. Eu acho que é pouco, não dá para resolver nada. Mas, como a Funai não tem dinheiro, precisamos fazer isso.”

Há mais de cinco décadas, fazendeiros chegaram para ocupar as terras. No fim dos anos 1980, auge das invasões, cerca de 11 mil não índios viviam na ilha, com 300 mil cabeças de gado se alimentando de pastagens nativas. Pressionada por organizações ambientais e sociais, a Funai fez uma série de operações nos anos 1990, reduzindo o número de não índios e a cria-

çã de bois. Em maio de 2008, a Justiça Federal deu um basta à situação. Àquela altura, havia mais de 200 pecuaristas na ilha, donos de 100 mil cabeças de gado. Eles tiveram um prazo de 30 dias para retirar os animais. A sentença foi cumprida. Depois de décadas, a ilha voltava a ser dos índios. Mas, nos meses seguintes, tornou a ser invadida. Em outubro de 2009, o Ministério Público Federal no Tocantins costurou uma decisão à revelia da lei federal. Foi selado “termo de compromisso” para

travado por tratores. As casas do líder de retireiros Rubem Salles e do vereador indígena Jossiney Evangelista Silva (PSDB) foram incendiadas. Em 2014, portaria da Secretaria de Patrimônio da União reconheceu domínio público de 1,6 milhão de hectares no Vale do Araguaia, área que engloba partes de Mato Grosso e Tocantins, onde vivem os retireiros. Era o passo para efetivar a criação da reserva. No ano passado, porém, a portaria foi revogada. Retireiros têm hoje perto de 3 mil cabeças de gado. Nos currais dos fazendeiros, são mais de 90 mil. “É uma situação difícil demais”, resume Rubem Salles. “Enquanto a reserva não sair, vamos ficar desse jeito. Nosso gado está pastando dentro da água, porque não temos mais onde colocar.”

permitir que o gado voltasse à Ilha do Bananal por meio de “parceria entre indígenas e criadores não índios”. A Funai se negou a assinar. Na época, o MPF argumentou que “a prática, embora ilegal, constituía fonte de subsistência a inúmeros membros das comunidades indígenas javá e carajá e sua interrupção acarretou situação de carência econômica e alimentar a essas comunidades”. O retorno dos fazendeiros estava condicionado à quantidade máxima de bois na ilha de 20 mil

cabeças. Em outubro passado, a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins divulgou dados de uma campanha de vacinação, que evidenciaram o desrespeito à lei. A agência “celebrou” um recorde: 93.243 bovinos, quase cinco vezes o total permitido, foram imunizados. Em 2014, o número havia sido de 75.185 cabeças vacinadas contra febre aftosa.

Nos últimos anos, as áreas da ilha, que até então eram consideradas unidades de conservação ambiental, foram convertidas em terra indígena. Para o diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, Sérgio Brant Rocha, a mudança selou o destino da Ilha do Bananal, porque a Funai não conseguiu proteger a terra. “É uma situação absurda. Já havíamos levado todos os pecuaristas para fora de lá, mas hoje o gado voltou.”

Na outra margem do rio, em São Félix do Araguaia, o sucateamento da Funai expõe a fragilidade da instituição. Não há sequer uma canoa para servidores chegarem à ilha. Funcionários são obrigados a fazer “vaquinha” para comprar água potável e lâmpada. “Reconhecemos as dificuldades enfrentadas não apenas por essa, mas também por outras coordenações técnicas locais da Funai, fruto de fragilidades orçamentárias e de recursos humanos”, informou a direção do órgão, em Brasília.

Ignorada pelo Ministério Público, pelos governos de Tocan-

● Onde ficam



INFORMAÇÃO/ESTADÃO

tins e Mato Grosso e pela Justiça Federal, a Funai declarou “posicionamento contrário à prática de arrendamento em terras indígenas, tendo em vista que, além de ilegal, a atividade não acarreta maiores ganhos aos indígenas e limita o uso de suas terras”. O contrato firmado entre índios e não índios, conforme entendimento de tribunais. “Pouco importa o nome (arrendamento, parceria, prestação de serviços), a forma do ajuste (contrato escrito, contrato verbal, termo) ou eventual concordância de algum índio. Para caracterizar a ilicitude, basta haver uso ou exploração da terra indígena por terceiro estranho ao grupo indígena.”

AMANHÃ

No Tocantins, índios carajás são pressionados pela onda de suicídios que ameaça seu povo, além da construção de estradas em terras sagradas.

BR-242 MATO GROSSO

APÓSTOLO DA FLORESTA RESISTE AO CRIME

Ele chama a doença que o atingiu de “amigo” Parkinson. Aos 88 anos, D. Pedro Casaldáliga nunca esteve tão lúcido e ameaçado na defesa de índios e agricultores pobres na região de São Félix do Araguaia, prelazia no nordeste de Mato Grosso que comandou de 1970 a 2005. O Araguaia, um dos rios mais piscosos da Amazônia, que passa a menos de 2 km da casa de tijolinhos do religioso, ainda não entrou nos relatórios de construção de hidrelétricas. Governos e força internacional desse catalão, uma das poucas figuras de resistência à ditadura militar que conseguiram manter a imagem into-

cada diante do turbilhão de mudanças e troca de papéis da vida política e social brasileira no período democrático.

Em abril do ano passado, a Igreja Católica transferiu a sede da prelazia para Porto Alegre do Norte, a 220 km de São Félix, para escapar da presença sempre crítica e contestadora de D. Pedro. O Vaticano nunca suporreu a decisão do religioso de trocar o tradicional chapéu sacerdotal dos bispos, chamado de mitra, por outro bem mais simples, de palha, tampouco a substituição do anel episcopal de ouro por um feito de coco de tucum, presente do sindicalista Raimundo Ferreira Pinto, o Gringo, executado em 1980. Durante o regime militar, D. Pedro

foi ameaçado de expulsão, acusado de apoiar guerrilheiros do Araguaia, que atuavam a cerca de 800 km de São Félix.

Em 1976, ele viu o padre João Bosco Burnier morrer em seus braços após os dois pedirem que policiais não torturassem duas mulheres levadas a um presídio em Ribeirão Cascalheira. Revoltado, o povo invadiu a cadeia e destruiu o prédio. Uma pequena capela foi erguida no local. Em 2012, a Polícia Federal o retirou da cidade após ameaças de invasores da Reserva Marãiwat-sédé, dos índios xavantes, na divisa de São Félix com o município de Alto Boa Vista.

“O momento nunca foi tão difícil para os índios, mas também nunca houve tanta consciência sobre a realidade em que vivem”, diz D. Pedro, com voz pausada e quase inaudível.

Em campanha em rádios e TVs de Mato Grosso, invasores chegaram a usar contra ele um pequeno Cristo de concreto, er-

guido em Estrela do Araguaia, vila criada por grileiros dentro da terra indígena, no entroncamento das BRs 158 e 242. A campanha dizia que o “demônio” queria derrotar o redentor. Na desocupação da área, a Polícia Federal só poupou a estátua.

Um mapa político do Brasil foi fixado na parede do quarto de D. Pedro. Há muito, ele dei-

xou de percorrer sertões araguaianos e viajar a outros Estados para denunciar violação de direitos humanos na Amazônia. Mas sua figura é hoje, além de símbolo de resistência, a principal barreira contra o avanço da pecuária, soja e indústria ilegal da madeira ao longo da margem esquerda do Araguaia, que separa Mato Gros-

so de Goiás e Tocantins.

Passados 48 anos de luta em defesa dos povos da Amazônia, Casaldáliga mantém avaliação crítica sobre os desmandos que ainda tomam conta da região. “Trabalhadores rurais continuam vítimas do agronegócio. Governos mudaram, mas a cobiça é a mesma.” As injustiças históricas com as quais convive desde que desembarcou nas margens do Araguaia, em 1968, não abalaram seu desejo de transformar a região. “É preciso unir as forças, resistir. É preciso se organizar e alimentar a esperança. Meu sonho é ver homens e mulheres vivendo em comunidades, com respeito a seus direitos sociais. É meu sonho.”



Símbolo.
D. Pedro Casaldáliga: 48 anos de luta

REPORTAGEM ESPECIAL TERRA BRUTA

Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil



BR-163 | MATO GROSSO DO SUL

EXTERMÍNIO GUARANI-CAIOVÁ

Vivendo à beira das BRs, etnia é vítima de emboscadas e ameaças



Taquara. Acampamento montado por guaranis-caiovas ao lado de plantação em Juti (MS)

Sentença de ministra do Supremo diz que há 70 anos não existe índio em área de disputa secular com ruralistas

André Borges
Leonencio Nossa (TEXTOS)
Dida Sampaio
Hélio Romero (FOTOS)

Os tratores se movimentam entre a plantação e um pedaço de mata na Fazenda Brasília do Sul, em Juti, a 320 km de Campo Grande (MS). A poucos metros dali, uma família guarani-caiová, acampada num canto da propriedade, tenta se concentrar nas orações diante de uma cova improvisada. Duas semanas antes, Virgílio Veron, de 47 anos, cometeu suicídio ao saber que a Justiça havia determinado nova retirada dos índios.

A possível chegada de tropas para despejar as famílias deixou a comunidade em estado de tensão. Naqueles dias, Virgílio não escondia o temor. “Ele não conseguia dormir ou comer. Deixou seis filhos, não suportou”, diz Valdelice Veron, sua prima. “Mulheres da aldeia já se mataram nessas terras, porque sofreram uma violência muito ruim (sexual) nas mãos dos pistoleiros.”

Em barracos de lona e papelão, os guaranis-caiovas observam os tratores, à espreita. O Estado presenciou o momento em que dois homens armados passaram xingando, de moto, pelo acampamento. Valdelice diz que as agressões são constantes. Os tiros, também.

A área conhecida como Taquara foi reocupada pelos índios em 13 de janeiro. Não foi uma data qualquer. O dia escolhido homenageava o cacique Marcos Veron, de 73 anos, pai de Valdelice que lutou por décadas para reaver a terra da aldeia. Em 2003, foi morto após ser

PARA LEMBRAR

Campanha nas redes sociais

Os guaranis-caiovas já foram tema de mobilização com repercussão internacional. Em 2012, após uma carta ser interpretada como ameaça de suicídio coletivo, milhares de pessoas aderiram à causa de 170 índios da comunidade Pyelito kue/Mbrakay, que reivindicavam 2 hectares de uma fazenda em Mato Grosso do Sul. Nas redes sociais, internautas passaram a usar o sobrenome Guarani-Caiová.

agredido a socos, pontapés e coronhadas de espingarda. Teve traumatismo craniano. Após o assassinato de Veron, quatro filhos morreram em conflitos.

Como outros 600 índios da aldeia, a família Veron passou os últimos anos em barracos de lona, à margem de estradas. “Mataram meu pai e até hoje não houve justiça. Por isso viemos para cá. Não vamos mais sair daqui”, avisa Valdelice.

Ela tinha 24 anos quando perdeu o pai. Hoje, é a voz mais influente entre os guaranis-caiovas para impedir a matança em curso em Mato Grosso do Sul, Estado que acumula mais da metade dos assassinatos de índios ocorridos no País. De 1996 a 2016, houve 957 mortes de indígenas no Brasil, por vários motivos. Pelo menos 209 delas foram por armas de fogo, em conflitos por terra.

A situação no campo tende a ficar mais sangrenta. Ruralistas têm pressionado o governo a liberar a venda de terra para estrangeiros. Querem suspender um parecer da Advocacia-Geral da União que proíbe o avanço internacional. Num cenário onde não se respeita as terras públicas, a abertura deve provocar aumento da especulação de preços e ainda mais tensão sobre os territórios indígenas.

No dia 14 de junho, a 38 km do acampamento dos Veron, pistoleiros mataram o indígena Claudione Rodrigues Souza, de 26 anos, em Caarapó. Outros seis foram baleados. Josiel Benites, de 12 anos, foi alvejado na barriga. Eles sobreviveram. Três dias depois, outros três guaranis foram alvejados.



Denúncia. Dercéria Kaiová, 15 anos, e Dênis Lopes, 17 anos, culpam o Ministério da Saúde pela morte do filho de 1 ano

CAIOVÁS PERDEM BEBÊ APÓS EQUIPE NEGAR SOCORRO

Dercéria Batista Kaiová, de 15 anos, correu desesperada pelo mato em busca de um lugar onde seu celular funcionasse. Após várias tentativas, falou com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde. O bebê de 1 ano e 2 meses, Jandison Batista, tinha febre alta e tosse constante. Não conseguia comer. Na tarde daquela sexta-feira, 13 de novembro de 2015, a situação se agravou. A criança chorava sem parar e respirava com dificuldade.

Dercéria pediu socorro urgente aos agentes de saúde. Ela e o marido, Dênis Lopes, de 17 anos, estavam com o filho num barraco da Aldeia Kurusu Ambá, acampamento indígena em Coronel Sapucaia, último muni-

cípio de Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. A Sesai negou ajuda. “Disseram que não tinham autorização para chegar ao acampamento e que aqui era região de muito risco, por causa de pistoleiros. A gente insistiu, falou da situação do nosso filho, mas não vieram”, conta Dercéria. Com pneumonia, Jandison aguentou apenas até o dia seguinte. “Meu filho morreu. A saúde não veio. Outros podem morrer também”, diz Dênis.

Perguntamos ao casal se tinha alguma lembrança do pequeno guarani-caiová. Dênis tirou um celular velho do bolso e mostrou a única recordação do bebê. “Tínhamos todas as coisas dele em casa, mas os pistoleiros vieram e tocaram fogo no nosso barraco. Não sobrou na-

da. Só essa foto.”

Aconteceu no domingo 31 de janeiro de 2016, após um grupo de fazendeiros tentar retirar 200 índios da Fazenda Madama. Por volta do meio-dia, pistoleiros chegaram de surpresa em caminhonetes. Deram tiros para todo lado. Aterrorizados, adultos e crianças correram para o mato. Homens jogaram diesel sobre os barracos e atearam fogo.

O coordenador regional da Funai de Ponta Porã, Elder Ribas, classificou o ataque como o pior na região. O caso foi registrado na polícia como crime de “esbulho possessório” pelo dono da fazenda, Aguinaldo Ribeiro. Ele disse que os índios “fugiram” após pecuaristas soltarem “fogos de artifício”.

Desde 2007, quando começou a retomada da Kurusu Ambá, quatro lideranças indígenas foram assassinadas, uma delas na mesma Fazenda Madama. Em junho de 2015, índios foram alvo de agressões violentas, durante tentativa

de ocupação da terra. Duas crianças desapareceram e casas foram queimadas.

Há quase uma década, a terra indígena Kurusu Ambá está em processo de identificação e delimitação. Desde 2012, relatório de identificação está na Funai, à espera de publicação, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Federal em 2008. “Estamos abandonados, discriminados, ameaçados. Não temos segurança nem dignidade. Somos uma realidade que o governo não quer ver”, diz o cacique Smart Kunumi.

Em março, a relatora especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpus, visitou Mato Grosso do Sul, local que historicamente responde pela maioria esmagadora de casos de violência contra povos tradicionais. Só em 2014, segundo o Ministério da Saúde, 41 índios foram assassinados no Estado.

fundamentais e na dignidade da pessoa humana”, Carmén Lúcia aceitou o pedido.

Valdelice é a expressão real do desassossego. A polícia pode chegar a qualquer hora e sua família voltar para a beira da estrada. “Quando a ministra Carmem Lúcia suspendeu a demarcação, ela assinou a sentença de morte do guarani-caiová, assinou a sentença de morte da família Veron.”

● Onde ficam



INFOGRÁFICO/ESTADÃO



Tradição. Carajás ensaiam dança dos aruanãs, espíritos da vida e da morte; ritual celebra entrada de meninos na fase adulta

NOVA ESTRADA DIVIDE ÍNDIOS DE MIL CRUZEIROS

Líderes carajás divergem sobre impacto da construção de trecho da BR-242 dentro da maior ilha fluvial do mundo

A Ilha do Bananal e o destino dos carajás estão prestes a ser atravessados por uma estrada federal. Sokrowé Karajá, pajé da Aldeia Santa Isabel do Morro, ergue o braço para apontar a região da reserva ambiental onde está prevista a abertura de um longo trecho da BR-242. A rodovia levaria o asfalto para dentro da maior ilha fluvial do mundo, uma área equivalente a mais de três vezes o tamanho do Distrito

● **Preço**
R\$ 1 bilhão
devem ser despejados na construção da chamada Rodovia Transbananal, que faz parte de projeto idealizado por JK e iniciado pelos militares



Etnia. Carajás, em cédula que circulou de 1990 a 1994

Federal, com quase 20 mil km². É ali que estão 4 mil índios da etnia-símbolo do Brasil na propaganda da ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, e representados numa cédula de mil cruzeiros do Banco Central, que circulou de 1990 a 1994. A estrada ainda não cruzou os rios, mas divide os índios.

O vice-cacique Txiarawa Karajá tenta conter os efeitos das promessas de autoridades da região. “Sou contra a estrada. Quando BR entra em terra indígena, traz confusão, traz drogas. Não é bom para nosso povo”, afirma. O pajé Sokrowé Ka-

rajá, por sua vez, avalia que a rodovia trará benefícios. “A gente poderia vender coisas na estrada, cobrar pedágio.”

A falta de consenso entre os índios passa ao largo dos planos costurados sem divergências pelos poderes público e privado. Em setembro, políticos, fazendeiros e empresários de Mato Grosso e Tocantins se juntaram em uma viagem por 90 km de estradas de terra dentro da ilha para defender a ligação dos dois Estados. Em motos, carros e caminhões, fizeram o Rally Logístico, evento regado a álcool e mulheres para mostrar que, na

seca, entre maio e outubro, é possível fazer a travessia. Na cheia, entre novembro e abril, os trechos ficam intratáveis, parte embaixo d’água.

Plano. A chamada Rodovia Transbananal faz parte de um projeto idealizado pelo governo Juscelino Kubitschek e iniciado pelos militares, em 1973. A ilha entrou no mapa do traçado da BR-242, que corta Mato Grosso e avança pelo Tocantins, com centenas de quilômetros de estrada de terra. Dali, segue asfaltada até o litoral da Bahia, somando 2,3 mil km. Políticos e empresários dizem que dependem apenas de um decreto da Presidência da República para o início da obra, reduzindo em 1,1 mil km o transporte de cargas de leste a oeste do País, desafogando os Portos de Santos (SP) e Paranaíba (PR).

A coordenação da Funai em São Félix do Araguaia informou que nunca recebeu estudo sobre quais seriam os impactos da obra na vida dos carajás, javaés e avá-canoeiros. A informação foi confirmada pela sede da autarquia, em Brasília.

“A Funai não tem conhecimento do projeto e não foi instada a se manifestar”, declarou o órgão. “Conforme prevê a legislação ambiental, a Funai, como órgão indigenista oficial, tem a obrigação de se manifestar em todo e qualquer licenciamento de obras que afetem, direta ou indiretamente, as terras e comunidades indígenas.”

ONDA DE SUICÍDIO DE ADOLESCENTES ASSUSTA CARAJÁS

Foram ao menos 18 casos desde 2012, quando a luz elétrica chegou à aldeia; cacique fala de contato com brancos a feiticeira

A noite do sábado 13 de fevereiro foi tensa na casa do diretor da escolinha da Aldeia Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, no Tocantins. Horas antes de viajar a Palmas em busca de socorro para estancar a série de suicídios de jovens da comunidade, Txiarawa Karajá, de 38 anos, teve de desfazer a mochila. Seu próprio filho de 17 anos tinha tentado se enforcar. Salvo a tempo pelo pai, o jovem diz que teve uma visão: seu irmão, que se matou em 2014, quando tinha apenas 13 anos, pedia que ele fosse morar com ele.

Na manhã do domingo, o cacique da aldeia, Manaije Karajá, de 32, aproximou-se da reportagem do Estado no cais de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, para relatar o drama da comunidade. Era um claro pedido de socorro. “Vocês precisam ir até a aldeia conversar com as famílias. A gente não sabe mais a quem recorrer.”

A aldeia de Manaije tem 900 índios, entre adultos e crianças. Sua principal fonte de alimentos é o Araguaia, ou Berohoky, o grande rio de pirarucus e tucunarés. Para eles, a Ilha do Bananal é habitada na superfície pelos vivos e, nas profundezas, por mitos e pelos mortos. Os carajás costumam chorar muito por quem morreu para, depois de alguns dias, esquecê-los. A estratégia para isso é não citar seus nomes, algo que se tornou difícil desde o início da série de suicídios.

O cacique conta 18 casos envolvendo jovens de 13 a 25 anos desde 2012, quando a luz elétrica chegou. A causa da tragédia é tão complexa quanto o futuro carajá.

“A gente não sabe definir ao certo. Uns dizem que é o contato com brancos; outros, que é

feiticeira. Também falam em comida envenenada na cidade, ociosidade e falta de dinheiro para comprar coisas”, diz Manaije.

Ele afirma que a comunidade apelou para o futebol, na tentativa de integrar a aldeia e conter as mortes de jovens. “A gente iluminou a quadra para tentar diminuir um pouco (os suicídios), ocupar o tempo deles, mas não acabou. É uma depressão que dá nos meninos, uma raiva de si mesmo.”

Manaije relata casos de adolescentes que pediram aos pais tênis e motos e, diante da negativa, foram para o mato e se enforcaram.

O uso indiscriminado de bebida alcoólica se espalhou. Em pequenas garrafas de plástico, garotos cheiram gasolina até perderem os sentidos. A possibilidade de os casos estarem relacionados a feiticeira de outras aldeias criou figuras de pajés do bem e do mal. Os do bem são os responsáveis por acabar com o efeito das feiticeiras.

Ritual de passagem. Em meio à tensão, é tempo da dança dos aruanãs, espíritos que dominam vida e morte dos carajás. No último mês de fevereiro, crianças se preparavam para o ritual da iniciação quando homens com máscaras e roupas de palhas de buritis ensaiam o ritual, percorrendo uma estrada da aldeia e entoando cantos cadenciados, para anunciar o novo momento do menino carajá. As mulheres são proibidas de se aproximar da casa dos aruanãs, uma maloca de palha erguida a certa distância da aldeia, onde os homens preparam as vestimentas.

No local sagrado, Wereudi Karajá, de 13 anos, tem o corpo pintado de preto e será confinado por oito dias. Poderá sair apenas à noite para comer e fazer necessidades. Será a passagem da infância para a vida adulta, quando deixará para trás o período Weryryhyk e entrará na fase de Jiré, nos primeiros contatos para se tornar um iny.



Txiarawa. Vice-cacique, um dia após evitar suicídio do filho

ÍNDIOS ACUSAM BUMLAI DE CONTAMINAR RIO EM DOURADOS

Família de amigo de Lula aluga terras de fazendas da região para alimentar caldeirões da Usina São Fernando Açúcar e Álcool

As crianças guaranis-caiovas deitam na terra para beber a água que desce pelo córrego do acampamento Apyka'i, a 7 quilômetros do centro de Dourados, em Mato Grosso do Sul. Sandrieli, de 6 anos, e Jackson, de 4, esticam o pescoço e mergulham o rosto no fio de água suja que corre ao lado da rodovia BR-463. Crises de vômito, diarreia e febre são rotina na vida das crianças. Feridas aparecem pelo corpo.

A água que contamina os meninos passa por terras arrendadas por um pecuarista que ganhou notoriedade nos inquéritos da Polícia Federal. Atrás dos barracos onde hoje sobrevivem famílias indígenas, floresce a plantação de cana-de-açúcar financiada por José Carlos Bumlai, amigo pessoal do ex-presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva preso desde novembro pela Operação Lava Jato por causa de uma série de suspeitas, entre elas a de contratar empréstimos simulados para beneficiar o PT.

Bumlai aluga as terras da Fazenda Serrana e de outras propriedades para alimentar os caldeirões de sua usina, a São Fernando Açúcar e Álcool. A empresa, que no papel está em nome de seus filhos, Guilherme e Maurício Bumlai, é investigada pela Lava Jato e tem dívida superior a R\$ 1 bilhão. Desse passivo, cerca de R\$ 400 milhões são dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um imbróglio financeiro distante da realidade e da compreensão de índios que, desde 2009, aguardam uma definição sobre seu pedaço de terra.

“Aqui é nosso lugar sagrado, nosso tekoha”, a terra onde estão enterrados nossos antepassados. Não adianta querer tirar a gente daqui. Nossa vida só tem sentido se for em cima des-



Dourados. Faixa pendurada por moradores de acampamento na margem da BR-463

sa terra”, diz a caiova Damiana Cavanha, avó de Sandrieli e Jackson.

Abandono. O acampamento Apyka'i expõe o cenário de abandono e degradação que se espalha entre os índios guaranis-caiovas que vivem em Mato Grosso do Sul. Desde 1999, quando foi expulso da terra, esse grupo de índios perambula

pela região, sobrevivendo como pode. Seis pessoas da comunidade, entre elas duas crianças, morreram atropeladas. Em fevereiro de 2014, Delci Lopes, de 17 anos, estava ao lado do marido quando um caminhão carregado com bagaço de cana atingiu na margem da BR-463 e arrastou seu corpo por alguns metros. Uma anciã da aldeia, diz Damiana Cavanha, morreu

após ter contato com o veneno borrifado na lavoura.

São Fernando disse à reportagem que possui um “rigoroso plano de monitoramento ambiental” sobre as fontes de água da região e cumpre a legislação.

Em condições sub-humanas, os índios esperam por estudos para a demarcação da terra ancestral, um processo arrastado em meio a uma sucessão de

ações judiciais e quatro ações de despejo. Em setembro de 2015, a Advocacia-Geral da União (AGU) deixou de recorrer de uma dessas ordens emitidas pela 1ª Vara Federal de Dourados, sob alegação de que não há um processo formal de demarcação em andamento. O pedido de reconhecimento da área pega poeira nas prateleiras da Funai. “Não temos aonde ir. O que a gente quer é ficar com nossos antepassados, nosso pedaço de chão. Pedimos, por favor, que nos deixem em paz.”

Expulsão. Acuada numa área inferior a três hectares na comunidade Curral do Arame, Damiana Cavanha sabia que a ordem de deixar o local podia ser executada a qualquer instante. E foi. Na madrugada de 6 de julho, a Polícia Federal despejou a comunidade indígena de Apyka'i, com apoio de um efetivo de quase 100 policiais. A expulsão aconteceu dez dias depois de a Funai criar um “grupo de trabalho” para realizar os estudos de identificação da terra indígena.

● **Série completa**
Confira no portal do 'Estadão' todas as reportagens da semana
NA WEB
www.estadao.com.br/e/terra-bruta

1 **Novos massacres**
A cada cem dias, País tem número de vítimas de Eldorado do Carajás

2 **Chuva de veneno**
De avião, fazendeiro joga agrotóxico sobre famílias e plantações

3 **Milícia legalizada**
Empresas autorizadas pela PF escoltam fazendeiros e grileiros

4 **Crimes camuflados**
Na terra de Dorothy Stang, homicídios por terra viram comuns

5 **Saque na floresta**
Como a economia do crime se movimenta em áreas de conservação

6 **Destruição liberada**
Agente demitida volta para autorizar derrubada de mata

7 **Curral clandestino**
Pastagens ilegais avançam sobre terras indígenas